

Acção Socialista



Nº 1275 16 Janeiro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

MARIA MANUELA AUGUSTO, PRESIDENTE DAS MULHERES SOCIALISTAS, EM ENTREVISTA

“Mobilização, informação e visibilidade são essenciais para a vitória do ‘sim’”

10 a 13



Entrevista

3



**Ascenso Simões:
Incêndios
florestais e
sinistralidade
rodoviária
- um balanço
positivo**

Parlamento

19



**PS mobilizado
para as
batalhas que
se avizinham**



Nesta edição
**Editorial
de Jorge
Coelho**

O SIM RESPONSÁVEL



CONFERÊNCIA “O SIM RESPONSÁVEL”

Sábado, 20 de Janeiro - 15:30 h

Teatro Camões

(Parque das Nações, em Lisboa)

com

JOSÉ SÓCRATES

Contamos consigo.

EDITORIAL



JORGE COELHO

VOTAR. VOTAR “SIM” NO REFERENDO

DESTA VEZ vai ser diferente. Mas para que vença o “sim” no referendo de 11 de Fevereiro é necessário que todos coloquemos o nosso voto na urna.

Mobilização, empenhamento, respeito por quem tem opinião divergente e vontade em esclarecer. Para mim, estes são os elementos necessários para que não se repita a decepção de Junho de 1998.

Ganha quem tiver mais votos e não quem vai à frente nas sondagens.

Deve haver uma forte mobilização também por outro motivo: para acabar com a “vergonha” que se passa em Portugal.

Em quase todos os países europeus – mesmo nos mais católicos – é permitida a interrupção voluntária da gravidez.

Em Portugal as mulheres são condenadas. É humilhante. É hipócrita. Quem tem dinheiro, viaja alguns quilómetros e, em Espanha, resolve o seu problema e fica imune. Por outro lado, todos sabem os inúmeros casos feitos de forma clandestina e com risco de vida para as mulheres. É absurdo.

O que está em causa no dia 11 resume-se à seguinte opção: se ganhar o “não”, fica tudo na mesma e é imposta uma decisão a todas as mulheres. Quem não cumpre vai presa. Se ganhar o “sim” é dado o direito de escolha. Ninguém impõe nada. Faz quem quer, nos limites definidos pela nova legislação.

Em síntese, quem se abstém ou vota “não” está a dizer: “não podes e vais presa”. Quem vota “sim” está a dizer: “a escolha é tua”.

Face à necessidade de se alterar este estado de coisas é imperiosa a nossa participação no referendo.

Não é um objectivo de um partido, de um governo ou

A postura deve ser a mesma com que o nosso Governo está a encarar os problemas do país. Com frontalidade e determinação. Além do mais, se queremos ser um país moderno em termos económicos e sociais, também o temos de ser a outro nível

de uma confissão religiosa (se fosse assim, os católicos também não usavam preservativos ou a pílula).

É uma questão transversal, que ultrapassa o âmbito destas instituições e que se centra na liberdade da mulher. No fim de uma situação hipócrita.

O objectivo é claro, os fundamentos também, mas a decisão é individual e tem a ver com a consciência de cada um. No PS haverá, certamente, quem não se identifique com a argumentação do “sim”. E temos de respeitar essas opiniões. Mas, tendo em conta os nossos valores, a matriz que nos identifica, estou certo que, maioritariamente, os militantes e simpatizantes socialistas defendem o “Sim”. Por isso, esta é também uma batalha onde os socialistas se devem empenhar. É um compromisso que assumimos na última campanha eleitoral com os portugueses.

A postura deve ser a mesma com que o nosso Governo está a encarar os problemas do país. Com frontalidade e determinação. Além do mais, se queremos ser um país moderno em termos económicos e sociais, também o temos de ser a outro nível. Estar contra a interrupção voluntária da gravidez é passado. As mulheres ganharam independência, têm conhecimentos e afectos que lhes permite tomar as decisões com sobriedade. Negar-lhes esta possibilidade é uma negação da evolução do papel da mulher em todas as sociedades ocidentais.

Não podemos perder esta oportunidade. No dia 11 de Fevereiro vamos todos votar. Que ninguém fique em casa. Não chega ter mais um voto. É preciso que a maioria dos portugueses vá votar para que a decisão final seja irrefutável. Para que, finalmente, se acabe com mais uma situação hipócrita em Portugal.

Qualificação e competitividade são prioridades



O CONSELHO de Ministros de 11 de Janeiro aprovou o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que define a aplicação dos 21,5 mil milhões de euros dos fundos da União Europeia entre 2007 e 2013.

No QREN são definidas três agendas. A primeira é a agenda para o Potencial Humano, destinada a promover as qualificações escolares e profissionais, o emprego, a inclusão social e a igualdade, com cerca de 37 por cento dos fundos, mais 10 por cento que no quadro anterior.

A segunda é a agenda para os Factores de Competitividade, que visa a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico, do empreendedorismo e da redução dos custos de contexto.

A terceira é a agenda para a Valorização do Território, visando dotar o país de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações.

QREN assume-se como o grande desígnio estratégico para Portugal

O QUADRO de Referência Estratégico Nacional (QREN), adopta como principal estratégia, para o período de 2007/2013, a qualificação dos portugueses, área em que o actual Governo do PS está já a desenvolver um trabalho profícuo, a valorização dos recursos, humanos e técnicos, o conhecimento, sobretudo valorizando os aspectos ligados à problemática da ciência, da tecnologia e da inovação, bem assim como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial.

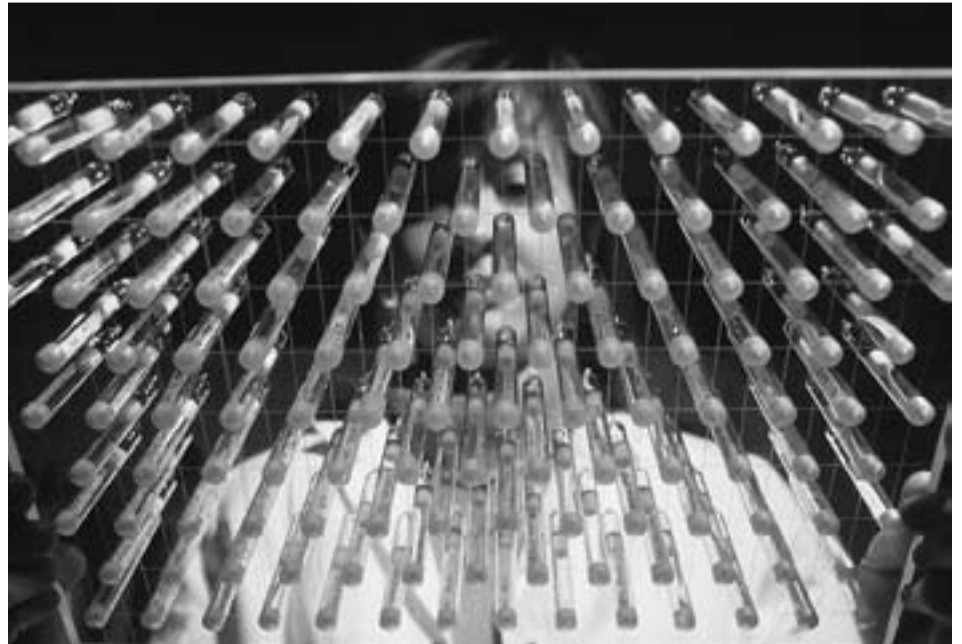
Objectivos que têm em vista a valorização, por um lado, da igualdade de oportunidades, e, por outro lado, o aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

E como se poderá alcançar este desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos com que o país ainda se defronta?

Tal como está estabelecido no QREN, para o ciclo de 2007/2013, será através de um processo de desenvolvimento económico, social e territorial, desígnio que será assegurado pela concretização do apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão e ainda por todos os outros Programas Operacionais a aplicar durante este período.

São três as agendas temáticas que vão assegurar e orientar a execução deste quadro de referência estratégica: a Agenda para o Potencial Humano; a Agenda para os Factores de Competitividade e a Agenda para a Valorização do Território.

A Agenda para o Potencial Humano, consagra o conjunto das intervenções visando



a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.

Em relação à segunda agenda, ela abrangia as intervenções que visem estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos.

Finalmente em relação à Agenda para a Valorização do Território, um aspecto onde Por-

tugal tem ainda um longo caminho a percorrer, esta visa dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

A concretização destas três agendas temáticas será operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica dos Programas Operacionais. R. S.A.

Incêndios florestais e sinistralidade rodoviária - um balanço positivo

Os incêndios florestais e os acidentes rodoviários constituem, porventura, dois dos maiores flagelos com que presentemente Portugal se debate. Alterar ou inverter este cenário de forma célere, não sendo uma tarefa fácil, tem constituído um desafio que o actual Governo assumiu de forma pragmática e séria. Como nos relata em entrevista ao "Acção Socialista" o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, 2006 já figura nas estatísticas, quer ao nível da segurança rodoviária, com menos 23 por cento de sinistralidade mortal, quer em relação aos incêndios florestais, como um período de franco progresso, tudo apontando que o ano que agora se inicia possa consolidar o caminho seguido.

A produção económica anual da floresta portuguesa rondará (segundo dados de 2004) 1,2 mil milhões de euros. Os incêndios florestais que nos têm afectado nos últimos anos não terão deixado uma imagem de um país incapaz de gerir o seu próprio território?

Os portugueses tiveram, nos últimos anos, essa ideia. Também muitos cidadãos europeus só recordavam Portugal pela imagem dos incêndios durante o Verão. Muito mudou. Os Ministérios da Administração Interna, da Agricultura e do Ambiente iniciaram um processo de integração de políticas que resultou em novos instrumentos programáticos. O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a Estratégia para a Floresta, O Plano de Desenvolvimento Rural e o Plano Nacional de Ordenamento do Território são valiosíssimos para um novo tempo neste sector e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Graças a um conjunto de medidas implementadas pelo Governo, o ano de 2006 mostrou-se eficaz no sentido de fazer baixar o índice dos fogos florestais. Que balanço faz o Governo dos progressos alcançados?

O nosso balanço é positivo. Porém, há ainda muito a fazer. As mudanças estruturais na floresta demoram décadas. Daí a importância do reforço da vigilância, da primeira intervenção e no combate aos incêndios. O reforço da qualidade da intervenção dos bombeiros, a valorização da sua formação e a do seu comando, a valorização das comunicações, ajudaram muito. Também as novas responsabilidades da GNR que trouxeram ao sector competências e capacidades muito valiosas.

Se 2003 representou, talvez, o pior ano para Portugal, quer

em número de fogos florestais, quer em área ardida, 2006 terá sido o oposto. Que medidas, em sua opinião, terão sido decisivas para que este cenário se tivesse tornado uma realidade?

Os primeiros anos do século foram todos muito maus. E gostaria de dizer que as metas do PNDFCI para 2012 definem que, nessa altura, a média ardida anual deverá ficar abaixo dos 100 mil hectares. Em 2006 ficámos abaixo. Mas apesar de termos tido um excelente desempenho em termos operacionais e das condições climatéricas terem sido adversas, há ainda muito a fazer para estarem garantidas as metas de 2012. Os serviços de meteorologia já vão avançando informações sobre o perfil climático para 2007 que não são muito favoráveis.

Que novas iniciativas e medidas legais foram criadas para que nos próximos anos a nossa floresta possa ficar a salvo de novas calamidades?

Pela primeira vez há uma política integrada para a floresta. O PNDFCI é bem claro quanto às metas: a visão das políticas a defender em Bruxelas para o período entre 2007 e 2013 têm na floresta uma preocupação especial; a criação das ZIF's é estruturante; os modelos de organização institucional foram mudados. Por outro lado, é conhecida a competência de cada agente do sistema. A Direcção-Geral dos Recursos Florestais promove a prevenção estrutural; a Guarda Nacional Republicana garante a fiscalização, vigilância e detecção; a primeira intervenção, o combate e o rescaldo são da competência da Autoridade Nacional de Protecção Civil. Todos sabem como actuar e fazem-no articuladamente no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro também nascido em 2006.

No âmbito do novo Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a GNR assumiu uma



nova capacidade de intervir também na floresta. Que resultados se poderão apurar sobre esta iniciativa do Governo?

Como se sabe, a GNR recebeu o Corpo Nacional da Guarda Florestal em Maio de 2006 e acomodou ainda algumas competências na área da detecção e vigilância. Só este ano vai passar a desempenhar na plenitude as suas competências. Mas com a reforma da Rede Nacional dos Postos de Vigia, com melhor formação dos vigilantes, com a incorporação das novas tecnologias e ainda com a enorme capacidade que a GNR sempre demonstrou de assumir desafios, eu penso que haverá sucesso no cumprimento desta nova responsabilidade.

Serão os meios aéreos e terrestres existentes suficientes para dar

Os Ministérios da Administração Interna, da Agricultura e do Ambiente iniciaram um processo de integração de políticas que resultou em novos instrumentos programáticos

uma resposta eficaz a nível nacional à enorme mancha florestal portuguesa?

O problema não é da falta de meios. O problema sempre esteve na capacidade de os utilizarmos bem. E principalmente de os utilizarmos integradamente conhecedores de que se trata de uma área onde há inúmeros actores. Temos feito um trabalho que já começou a dar resultados que visa valorizar e dignificar todos e cada um dos agentes.

E o que dizer das medidas necessárias sobre prevenção e vigilância?

A aposta na sensibilização da população é urgente. No ano passado colocámos muito a responsabilidade no cidadão, que terá que deixar de ter comportamentos de risco. É necessário que cumpram as áreas de limpeza ►

obrigatórias, que não lancem foguetes, que não façam fogueiras, que não façam trabalhos agrícolas em dias de muito calor... Todos estes comportamentos levam à existência de milhares de ocorrências. Temos de reduzir muito as ocorrências para termos maior eficácia na primeira intervenção e diminuirmos significativamente a área ardida.

Segurança rodoviária

É costume dizer-se que o que se passa nas estradas portuguesas pode ser comparado a uma verdadeira "guerra civil". Portugal, com efeito, regista nas suas estradas uma das piores taxas de mortos por habitante entre os países da União Europeia. Este facto pode e deve ser contrariado de que maneira e utilizando e aprovando que medidas?

Não se pode negar que Portugal tem uma alta taxa de sinistralidade rodoviária. Porém, é também importante constatar que muito tem sido feito para nos colocarmos ao nível dos melhores na UE. Em 2006, Portugal diminuiu em 23 por cento a sinistralidade mortal. Estes números ainda nos preocupam muito e vamos continuar a apostar na sua redução.

De forma muito sucinta, o que é o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária e qual o seu efectivo contributo para a redução do número total de acidentes nas estradas portuguesas?

Recuperando a sua anterior pergunta sobre as medidas já tomadas, gostaria de lembrar que desde que iniciámos funções foi implementado um novo Código da Estrada (CE), ainda trabalho feito pelo governo anterior. Tivemos que o regulamentar e aplicar. Este CE introduziu uma nova modalidade no pagamento das coimas que é muito dissuasora. Também a abertura de novas vias contribuiu para



Em 2006, Portugal diminuiu em 23 por cento a sinistralidade mortal. Estes números ainda nos preocupam muito e vamos continuar a apostar na sua redução

a diminuição da sinistralidade, ao mesmo tempo que as forças de segurança mudaram as suas formas de actuar e a sua articulação. Não gostaria de deixar de lembrar o papel dos senhores governadores civis, que acompanharam ao dia as estatísticas e promoveram as articulações adequadas para que em 17 dos 18 distritos se tivesse verificado uma diminuição de acidentes e de vítimas. Quanto ao PNPR feito pelo Governo anterior estamos a promover a sua revisão e a criar um instrumento programático de longo prazo. O que foi criado e nunca aprovado pelo Governo em 2003 limitava-se a contemplar medidas até 2005. Não era um plano era um "arremedo de plano".

Estatísticas nacionais e internacionais mostram que há

bastantes mais acidentes rodoviários mortais em Portugal nas chamadas estradas nacionais ou secundárias do que nas autoestradas. Porquê, então, uma aposta maior de meios e prevenção nestas infra-estruturas em detrimento das primeiras?

O perfil da sinistralidade foi mudando. Vimos verificando que a sinistralidade nas vias secundárias, nas cidades e com veículos de duas rodas não decresce tanto como a restante. Daí a nossa aposta na valorização das acções dos municípios e na dotação de meios para as forças de segurança de âmbito mais territorial.

O que se está a fazer e que medidas estão a ser tomadas para que os novos condutores recebam um ensino mais qua-

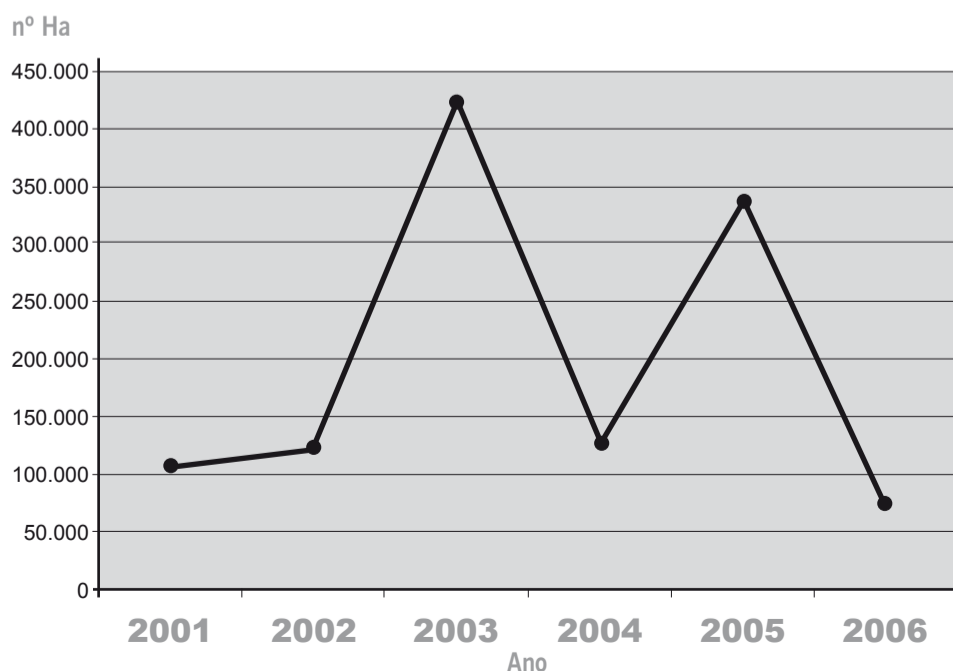
lificado e mais de acordo com as necessidades, de modo a aumentar o cumprimento das regras fundamentais do Código da Estrada?

Está em discussão um novo regime do ensino da condução. Vamos ouvir os parceiros sobre as novas exigências para todos. Posteriormente, faremos o desenvolvimento do processo legislativo. A liberalização do sector, no final da década de 90, criou situações que necessitam de enquadramento jurídico. Também a avaliação vai ser repensada.

O Governo já afirmou o compromisso de assumir a segurança rodoviária como uma prioridade política. Que esforços foram então empreendidos tendo por objectivo o combate à sinistralidade rodoviária?

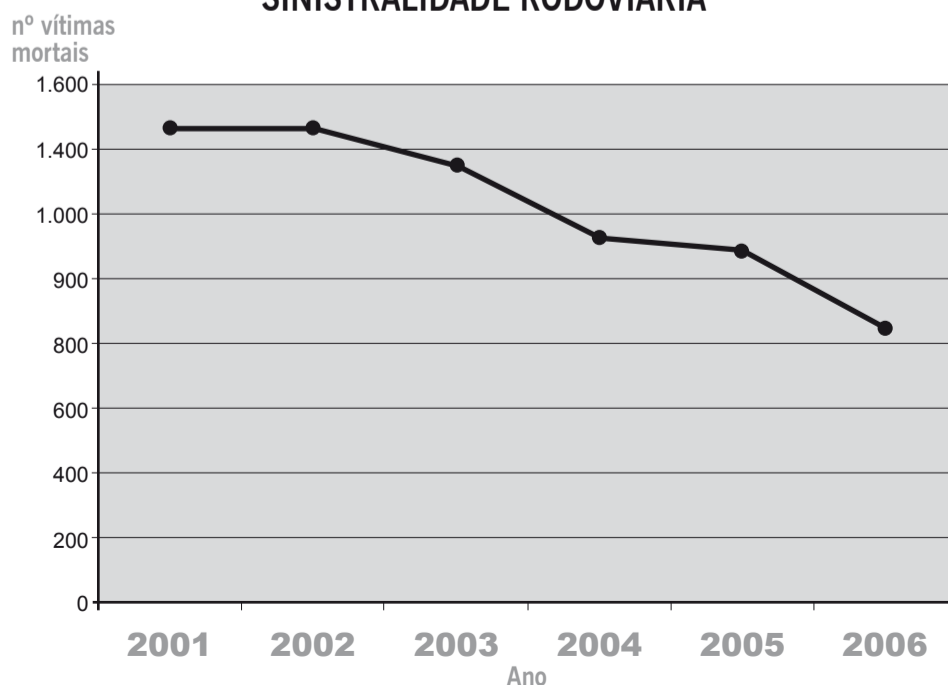
Já lhe dei conta de algumas das áreas onde se verificou mudança. Deixe acrescentar a reestruturação completa do sector. A criação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, a concentração das áreas dos veículos e condutores no Ministério das Obras Públicas, no novo instrumento de política que vigorará até 2015, a reforma do processo contra-ordenacional, a revisão do Código da Estrada, o programa Polícia em Movimento... Tudo isto está concluído ou em desenvolvimento em 2007. E também uma nova estratégia de educação/formação que acabe com o dinheiro público mal gasto e uma nova forma de relacionamento com a sociedade civil onde não haja filhos e enteados. O novo concurso para o financiamento de projectos na área da segurança rodoviária vai valorizar os melhores também nesta área. Por último, no corrente ano, as Nações Unidas definiram como tema principal a defesa das crianças e dos jovens nas estradas. Em Portugal, e durante o mês de Abril, este tema será central na nossa acção política. **R.S.A.**

ÁREA ARDIDA



Em 2006 a área florestal ardida em Portugal conheceu um assinalável retrocesso

SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA



A sinistralidade rodoviária tem vindo a regredir no nosso país

Economia portuguesa está a crescer

AS PREVISÕES para a economia portuguesa apontam para um crescimento sustentado este ano e para uma maior consolidação em 2008.

O Banco de Portugal está otimista, sublinhando no relatório que acaba de publicar que o produto está a acelerar devendo crescer 1,8 por cento durante este ano e atingir, em 2008, 2,1 pontos percentuais.

Esta revisão em alta, diz a organização dirigida por Vítor Constâncio, explica-se pelo esperado aumento do consumo, cerca de 1,5 por cento em vez dos esperados inicialmente 1,3 por cento, e pelas aguardadas boas prestações do sector exportador, mais 6,2 por cento, em vez de uma subida de apenas 4,7 por cento, conjectura inicialmente avançada nas previsões de Julho passado.

Ainda segundo o Banco de Portugal, em 2008 o investimento conhecerá padrões de crescimento na ordem dos 3,9 por cento, beneficiando da melhoria do investimento, quer no sector habitacional quer no sector empresarial.

Também o consumo privado deverá aumentar, ainda segundo o relatório de Inverno do Banco de Portugal, acompanhado pela subida das importações, que, segundo as previsões, deverão crescer 3,5 pontos percentuais este ano, mais 1,2 por cento do que o previsto no relatório de Julho.

Quanto à inflação, o banco central prevê que ela venha a aumentar cerca de 0,2 pontos percentuais em relação à previsão efectuada no Boletim Económico do Verão passado.

Por outro lado, se a boa prestação das exportações continua a constituir um factor determinante para a nossa recuperação económica, algo que se espera que possa continuar em 2007 e 2008, é contudo ao nível do aumento da procura interna e de mais investimento que se devem registar os maiores contributos para o crescimento do PIB português, com um aumento esperado destes indicadores para



este ano de 1,2 por cento e de 2 por cento em 2008.

Perante este cenário, que aponta para projecções optimistas, o ministro das Finanças confirma o que o Governo sempre defendeu, que 2006 constituiu o ano de recuperação da economia portuguesa, lembrando que as previsões de Inverno para este ano tornadas públicas pela instituição liderada por Vítor Constâncio coincidem com as apresentadas pelo Governo para 2007.

Assinalando que todas as retomas económicas são, em geral, lentas, Teixeira dos Santos lembrou que a economia portuguesa está a "seguir o seu caminho", assente nas exportações, sendo agora necessário, como defendeu, "esperar pelos próximos anos" para que todos os indicadores se possam intensificar.

De salientar que neste relatório do Banco de Portugal é ainda reconhecido estar a efectuar-se uma efectiva consolidação orçamental, facto que, como é referido e reforçado pelo titular da pasta das Finanças, "melhorará as condições de crescimento económico a médio prazo", sublinhando a este

propósito Teixeira dos Santos, que também o banco central reconhece o esforço feito pelo Governo para melhorar as contas do Estado e reduzir de forma continuada o défice público.

Estamos no bom caminho

Também para o ministro da Economia, as mais recentes previsões do Banco de Portugal vêm demonstrar e confirmar que é positiva a trajectória da economia portuguesa.

Segundo Manuel Pinho, tal como o Governo tem vindo a afirmar, a economia conhecerá uma evolução positiva, com os dados a apontarem para um crescimento que partirá dos 1,2 para os 1,8 por cento no final do presente ano de 2007.

Este cenário representa, na opinião do responsável pela pasta da economia, a evidente demonstração de uma trajectória positiva da nossa economia, recordando que quando o actual Governo tomou posse, em Março de 2005, o crescimento que então se registava era pouco acima de zero. **R.S.A.**

Modernização industrial mantém cinco mil empregos

O CONSELHO de Ministros de 4 de Janeiro aprovou contratos de investimento destinados à criação de três fábricas, e à modernização e expansão de outras 11, abrangendo os municípios da Maia, Barcelos, Santa Maria da Feira, Arcos de Valdevez, Mangualde, Lousã, Oliveira de Azeméis e Matosinhos.

Os contratos representam 165,6 milhões de euros de investimento,



que vão gerar 362 novos postos de trabalho e contribuir para manter 4995 empregos existentes, criando ainda, até à sua conclusão, um valor de 1416,1 milhões de euros.

Particularmente significativo é o investimento programado pela Peugeot-Citroen, que contribuirá para reduzir a dependência da fábrica em relação a outros centros, reforçando a sua autonomia.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador do Plano Tecnológico

A chave do sucesso na economia global é a capacidade de empreender, criar riqueza, inovar nos processos, nas atitudes, nos produtos e nos conceitos

ESCOLHER E AGIR

OS PAÍSES que ambicionam competir e vencer na economia global, baseada na circulação de informação e na valorização do conhecimento, têm que fazer escolhas. Escolher é a essência da estratégia. Com o Plano Tecnológico, Portugal fez a sua escolha.

Sabemos o que queremos e o que não queremos. Não queremos competir no mercado dos bens e serviços massificados e indiferenciados com base no custo dos factores e não podemos ainda competir no mercado global, exclusivamente com base nas qualificações e nas competências. Por isso, escolhemos a inovação, a criatividade e a capacidade empreendedora, como base para a recombinação, a modernização e o aumento da competitividade da economia portuguesa.

Sabemos que não é uma escolha fácil. Temos, no entanto, a força da convicção e a determinação necessária para remover obstáculos e atingir objectivos. A filosofia é clara. Queremos ajudar os empreendedores e os inovadores a chegarem bem preparados ao julgamento do mercado.

O European Venture Summit, que decorreu em Lisboa em 4 e 5 de Dezembro, juntando meio milhar de empreendedores e cerca de 150 fundos de investimento, constituiu uma excelente oportunidade de promover de forma sistemática os projectos inovadores desenvolvidos no nosso país. Esta é uma prática que queremos que se repita sempre que o volume de projectos identificados o justifique.

Estamos a concretizar uma agenda de acção concreta no domínio das políticas de apoio e suporte à inovação. Ouvido o Conselho Consultivo do Plano Tecnológico, o Governo está a ultimar um novo modelo de governação do Sistema Nacional de Inovação, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Inovação e de um Fundo de Inovação combinando recursos públicos e privados.

Está também a ser dinamizada uma matriz de redes de inovação, juntando pólos locais, regionais e pólos nacionais de tecnologia e competitividade certificados e com vocação internacional, para reforçar a ligação entre os centros de competências e as empresas e desenvolver plataformas competitivas agressivas, capazes de concorrer no mercado global.

Fizemos escolhas e estamos a caminhar determinadamente para as concretizar. A chave do sucesso na economia global é a capacidade de empreender, criar riqueza, inovar nos processos, nas atitudes, nos produtos e nos conceitos. As escolhas feitas marcarão também o novo ciclo da Agenda de Lisboa, no desenho do qual a presidência portuguesa da União Europeia no segundo semestre de 2007 terá uma palavra a dizer. Uma palavra reforçada pela força da prática e da experiência adquirida na modernização da sociedade portuguesa.



OPINIÃO

RAMOS PRETO
Deputado

Com o presente PNPOT pretende-se promover em Portugal um bom ordenamento do território, sendo certo que tal só é possível se houver a interiorização de uma cultura de ordenamento por parte da população portuguesa

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CIDADANIA

O GOVERNO vai enviar para aprovação na Assembleia da República o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), com o qual se concretizará, finalmente, a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do país, conforme disposto nos artigos 26º a 29º do decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Com o presente PNPOT pretende-se promover em Portugal um bom ordenamento do território, sendo certo que tal só é possível se houver a interiorização de uma cultura de ordenamento por parte da população portuguesa, porquanto o ordenamento do território pressupõe, além da vontade política, o contributo participativo dos cidadãos.

Como se refere no artigo 26º do decreto-lei n.º 380/99, o PNPOT “estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [nomeadamente os PROT e os PDM] e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-membros para a organização do território da União Europeia”.

E “estabelece as opções e as directrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como a salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural” (alínea 1, a), do artigo 28º).

Convém lembrar que foi através de uma resolução do Conselho de Ministros de 2002 que o então Governo socialista determinou a elaboração do PNPOT, tendo logo aí definido, entre outros, os seguintes objectivos estratégicos:

- Estruturar o território nacional de acordo com o modelo e a estratégia de desenvolvimento económico-social sustentável do país, promovendo uma maior coesão territorial e social, bem como a adequada integração em espaços mais vastos, considerando as questões fronteiriças, ibéricas, europeias e transatlânticas.
- Estimular o desenvolvimento local e regional, garantindo o acesso a infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços de interesse geral essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a competitividade das empresas.

Objectivos estratégicos estes que se encontram em perfeita harmonia com os objectivos gerais estabelecidos no artigo 27º, do decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e com os princípios gerais consagrados no artigo 5º, da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto.

Com a aprovação do PNPOT pela Assembleia da República ficará finalmente, e decorridos nove anos, aprovada uma estratégia de ordenamento do território coerente, à qual ficarão sujeitos todos os restantes instrumentos de gestão territorial.

Inverte-se assim a tendência dos últimos anos de promoção de um ordenamento atomizado, concelho a concelho, sem ter em consideração o todo nacional, com as consequências gravíssimas, comumente reconhecidas, e resultantes de uma desarticulação inacreditável que não é admissível em termos de enquadramento das opções de Portugal no contexto europeu (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC) e que não se coadunava, em coerência, com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), que enquadrará as políticas de desenvolvimento do país nos próximos anos, no sentido de, como aí é referido, “tornar Portugal num dos países competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”.

Como nota final não podemos deixar de realçar que com este Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, se cria o instrumento de enquadramento global de todos os futuros Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's) e de todos os PDM's, Planos Directores Municipais (PDM's), promovendo-se uma revolução tranquila e necessária, de modo a que os espaços territoriais concelhios passem a contar com soluções de continuidade nos territórios concelhios vizinhos, criando por esta via soluções harmoniosas de desenvolvimento regional.

Todo o sistema de planeamento do território ficará subordinado a uma base geral nacional que condicionará as soluções parcelares, regionais ou locais, sendo certo que todas as revisões dos planos directores municipais irão, de futuro, ser enquadradas por uma nova geração de PROT's que decorrerão necessariamente deste relevantíssimo instrumento de política de ordenamento do território que contribuirá para melhorar a vida de todos os portugueses.

Investimento industrial voltou a Portugal

A RECUPERAÇÃO da nossa economia é hoje um dado adquirido, mesmo para muitos daqueles que até há poucos meses se colocavam numa posição de alguma desconfiança e incredibilidade e hoje só desmentida por preconceitos partidários ou enviadas análises catastróficas.

O Produto Interno Bruto (PIB) conhecerá em 2007 um maior equilíbrio devendo registar-se uma maior estabilidade entre a procura interna e as exportações, facto que igualmente não deixará de contribuir e de privilegiar o crescimento e a sustentabilidade da economia nacional.

Contudo, especialistas alertam para o facto de Portugal ser um pequeno país com uma economia aberta, circunstância que na sua perspectiva deverá levar o Governo e os responsáveis políticos a ter a máxima atenção em relação a alguns aspectos relacionados com a vulnerabilidade da conjuntura externa, nomeadamente e entre outros, em relação à evolução do preço do petróleo, à situação política do Médio Oriente ou em relação às taxas de juro, aspectos que, dizem estes peritos, podem condicionar a evolução e o progresso económico do país.

A recente decisão do Banco Central Europeu (BCE) de subir as taxas de juro em 0,5 pontos percentuais ou a valorização do euro face ao dólar não antevê, na opinião dos analistas económicos, um cenário capaz de impedir o esperado desenvolvimento económico português.

Aprovados investimentos de 2 mil milhões de euros

Consciente deste cenário e porque o investimento representa um dos factores de maior importância para o futuro imediato, o Governo continua a trabalhar e a apostar num volume cada vez maior e mais qualificado de novos investimentos.

A este propósito, o Conselho de Ministros aprovou oito contratos de investimento para a modernização ou ampliação de sete unidades industriais e uma de turismo, nas regiões de Lisboa, Setúbal, Sines, Figueira da Foz e Viseu.

No seu conjunto, estes investimentos representam mais de 1600 milhões de euros, que proporcionarão a conservação de 867 postos de trabalho e a criação de mais 724 empregos.

Para o ministro da Economia, estes projectos significam, para além dum sinal claro de fortalecimento da nossa economia, o facto de se voltar a falar de investimento industrial em Portugal.

Também o investimento que a espanhola Pescanova está prestes a concretizar na região Centro, no concelho de Mira, avaliado em 350 milhões de euros e destinado à instalação de uma unidade de aquacultura vocacionada para a produção de pregado, e que numa primeira



fase criará cerca de 200 postos de trabalho, podendo dentro de pouco tempo abrir espaço para mais 150 novos empregos, mereceu da parte de Manuel Pinho e dos responsáveis pela Agência Portuguesa para o Investimento (API) rasgados elogios e a certeza de que Portugal continuará em 2007 a merecer a confiança dos investidores, nacionais e estrangeiros, que queiram criar riqueza e progresso no nosso país.

Esta futura unidade da Pescanova antevê a construção da maior unidade de aquacultura de pregado do mundo, estando previsto que numa primeira fase venha a produzir, por ano, mais de sete mil toneladas deste peixe sendo que 90 por cento será destinado à exportação para os mercados europeus.

Do pacote agora anunciado, destaque para a petrolífera Repsol, que anunciou o investimento mais avultado no valor de 750 milhões de euros, investimento que será sobretudo canalizado para a modernização do complexo petroquímico da Repsol Polímeros de Sines, assim como a construção de uma nova unidade fabril de produção de polipropileno e de uma outra unidade de co-gestão em turbinas a gás.

Este investimento pretende criar até 32 novos empregos e manter os actuais 440, esperando a empresa espanhola em finais de 2016 ter alcançado resultados de vendas acumuladas na ordem dos 10 milhões de euros.

Para Sines está ainda prevista uma nova unidade industrial do grupo espanhol Artensa, que produz e comercializa ácido tereftálico purificado, investimento que rondará os 360 milhões de euros, contribuindo, na opinião do ministro Manuel Pinho, por um lado, para a consolidação do “cluster” petroquímico da região com efeitos importantes ao nível da visibilidade internacional de Sines, e, por outro lado, para a criação de 150 novos postos de trabalho.

Outro dos investimentos anuncia-

dos pelo Governo respeita à expansão e modernização da unidade industrial da Celulose Beira Industrial (Celbi), na Figueira da Foz, um investimento calculado em perto de 320 milhões de euros e que abrirá perspectivas para 230 novos empregos.

Também a Altri, a “holding” industrial do grupo Cofina, anunciou investimentos de 64 milhões de euros na Celbi, consolidando deste modo uma aposta séria e de futuro na empresa.

Desenvolvimento sustentável

Mas investimento sem estratégia de desenvolvimento sustentado é algo que para o Governo não faz qualquer sentido.

Compatibilizar e articular um modelo capaz de conciliar desenvolvimento económico com índices adequados de qualidade social e ambiental é o objectivo do Governo do Partido Socialista.

Neste sentido, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, programa que tem como metas transversais colocar Portugal, até 2015, num patamar de desenvolvimento económico que se aproxime dos padrões da média europeia, alcançando deste modo os índices do desenvolvimento humano defendidos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e reduzir o défice ecológico com que Portugal se debate presentemente.

A estratégia agora aprovada em Conselho de Ministros articula-se com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que orienta, como recorda o Governo, a aplicação dos fundos comunitários até 2013.

Ainda com este espírito, o Governo aprovou o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e concluiu a aprovação dos 21 Planos Regionais de Ordenamento Florestal. **R.S.A.**

Governo aposta na elevação do nível de qualificação para o ensino

OS CANDIDATOS a professores passarão a ter uma licenciatura em Educação, complementada por um mestrado na área que pretenderem leccionar. Assim, o estipula o novo regime de habilitação profissional para a docência, aprovado recentemente em Conselho de Ministros.

O mestrado passa, pois, a ser o grau mínimo de qualificação para o acesso à carreira de professor, na sequência da aplicação em Portugal do Processo de Bolonha, que prevê a harmonização do ensino superior europeu em 40 países.

“Esta mudança demonstra o esforço de elevação do nível de qualificação do corpo docente, com vista a contribuir para a qualidade da sua preparação e para a valorização do seu estatuto socioprofissional”, refere o comunicado do Conselho de Ministros.

De acordo com o decreto-lei aprovado, os professores do pré-escolar e do 1º e 2º ciclos vão ter a mesma for-



mação generalista, realizando uma licenciatura de três anos em Educação Básica, seguida de um mestrado nas áreas de Português, Matemática, Estudo do Meio e Expressões, cuja durabilidade varia entre um ano e meio e dois anos.

Por seu turno, os candidatos a professores do 3º ciclo e secundário

terão de obter habilitações profissionais para a docência (licenciatura) de uma ou duas áreas disciplinares e adquirir um determinado número de créditos na área disciplinar ou em cada uma das áreas disciplinares, realizando depois um mestrado em Ensino para aprofundar os seus conhecimentos.

De salientar que, enquanto a licenciatura incide sobre áreas científicas específicas de cada domínio de habilitação para a docência, visando que os estudantes tenham domínio de conteúdos humanísticos, tecnológicos ou científicos, o mestrado prevê a prática pedagógica supervisionada, as didácticas específicas e a formação educacional geral, conferindo por isso uma habilitação profissional.

Com estas alterações, o Governo pretende ainda que as universidades e os politécnicos forneçam ferramentas que permitam aos futuros professores actualizar continuamente os conhecimentos adquiridos. **M.R.**

Permitida apresentação de candidaturas por via electrónica

NO ÂMBITO do programa de simplificação administrativa do Estado (Simplex), o Conselho de Ministros aprovou um decreto que permitirá aos estudantes fazerem as suas candidaturas a estabelecimentos do ensino superior por via electrónica.

Com a aprovação do diploma, o Executivo de José Sócrates refere que se possibilitará “a introdução progressiva do recurso à Internet como forma de realizar o concurso nacional de acesso ao ensino superior”.

Entre as vantagens desta medida, destaque para a “substituição da edição anual em papel dos guias com informação sobre o ensino superior e das condições de acesso aos cursos pela sua divulgação através da Internet”.

O Governo sublinha ainda que se procederá “a uma importante simplificação e modernização no acesso ao ingresso no ensino superior, com grande impacto junto dos candidatos, nomeadamente os cidadãos portadores de deficiência, em virtude de disponibilizar o processo de candidaturas através da Internet e iniciar um caminho convergente em direcção a um portal de apoio ao estudante”.

Gravação digital alargada a tribunais de todo o país

NO ÂMBITO do processo de modernização do sistema judiciário, os tribunais portugueses vão começar a ser equipados, a partir deste mês, com o sistema de gravação digital, num programa do Ministério da Justiça que pretende beneficiar 230 salas de audiência, substituindo integralmente a gravação por cassete.

Este novo sistema agora adjudicado, orçado em 230 mil euros, permite a gravação de som e deixa em aberto a possibilidade de se proceder à gravação de imagem.

Recorde-se que em Setembro



deste ano o Ministério da Justiça começou a instalar experimentalmente a gravação digital em 30 salas de tribunais nacionais, como forma de garantir um sistema mais fiável que a tradicional cassete.

O Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral da Administração da Justiça, investiu também 126 mil euros na aquisição de novos equipamentos informáticos de apoio ao sistema H@bilus, para facilitar o acesso aos processos que correm nos Tribunais de Primeira Instância, por parte de advogados e solicitadores.

Escolas vão poder escolher professores

O GOVERNO aprovou novas regras para a contratação de docentes para substituições temporárias ao longo do ano lectivo, formação em áreas mais técnicas ou projectos específicos de combate ao insucesso escolar.

A substituição dos contratos administrativos de provimento por contratos individuais de trabalho a termo e, no caso das disciplinas técnicas, por contratos de prestação de serviços é a principal novidade do diploma.

As novas regras vão permitir às escolas efectuar este tipo de contratação já a partir deste mês, cabendo aos conselhos executivos definir o perfil e os critérios em que assenta a selecção dos docentes.

Entre dois ou mais candidatos, os estabelecimentos de ensino passam a poder optar por um que esteja pior classificado na lista de graduação nacional – a partir da qual têm sido feitas as colocações.



OPINIÃO



MARIA SANTOS

É essa energia, essa capacidade de combater a resignação, reinventando, em cada dia que passa, quotidianos de esperança para milhares de cidadãos, que fazem de Soares uma pessoa verdadeiramente extraordinária

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES: UM ORGULHO PARA O PAÍS!

TIVE OPORTUNIDADE de participar na sessão comemorativa dos dez anos da Fundação Mário Soares. A exibição inicial de um documentário sobre as suas actividades e a intervenção de José Sócrates que, enquanto primeiro-ministro, agradeceu a Mário Soares e à Fundação “o inestimável trabalho de dedicação à causa pública e ao país”, fizeram-me recordar as palavras de Luís Rojas Marcos sobre “A Força do Optimismo”, ou seja, que “o pensamento positivo tem sempre um poder reparador”. É que José Sócrates ao elogiar a força de um homem que “sempre transcendeu a sua própria vida... pois em tudo o que mexe acrescenta qualquer coisa de inovador...” fez evidenciar, através desse seu testemunho pessoal, que o optimismo é, em si mesmo, emancipador. É essa energia, essa capacidade de combater a resignação, reinventando, em cada dia que passa, quotidianos de esperança para milhares de cidadãos, que fazem de Soares uma pessoa verdadeiramente extraordinária.

É genericamente reconhecido que Mário Soares tem exercido, ao longo dos anos, uma grande influência sobre o pensamento dos portugueses, abrindo, para muitos de nós, novas trajectórias sociopolíticas e culturais, assentes nos valores matriciais de um republicanismo “moderno”. Homem de diálogo, tolerante, impulsionador da vida democrática e da participação cívica, positivo nas relações com o país real, respeitado pela comunidade internacional, foi o Presidente que melhor soube compreender o pulsar nacional. Insistindo no debate de ideias e incentivando a expressão da pluralidade, transformou os seus mandatos numa verdadeira e permanente “presidência aberta”. Ousou sempre lançar na sociedade portuguesa as sementes da mudança, estimulando nos mais jovens o interesse pelas questões da contemporaneidade, da cidadania global, da Europa, do ambiente ou das novas utopias.

Não, meus caros camaradas! Não pretendo com estas breves considerações descrever o seu perfil de estadista, longe de mim tal intento, nem é este o momento ou o contexto mais adequado. Mas estes dez anos de vida da Fundação Mário Soares (que se constituíram já numa referência insubstituível para a História de Portugal do século XX) e, independentemente dos muitos projectos que Mário Soares tem entre mãos, deixaram-me expectante sobre as suas reflexões e participação na vida pública portuguesa. É que há qualquer coisa de “utopicamente redentor” na sua ideia de Portugal que deveria ser mais amplamente partilhada! Mário Soares sabe abrir “novos” ciclos de interesse e inquietação criativa, transformando o pessimismo atávico, numa “explosão” de lucidez e desígnio nacional.

Estamos a menos de seis meses da terceira presidência portuguesa da União Europeia. As agendas sectoriais e calendários estão, naturalmente, já equacionados! Portugal protagonizou duas memoráveis presidências. É minha convicção que as prioridades políticas do Governo estarão à altura desse legado, reforçando mesmo o excepcional contributo de António Guterres para a “construção europeia”, com a aprovação, durante o seu mandato, da Estratégia de Lisboa. No entanto, não nos enganemos, esta não vai ser uma tarefa fácil, basta atentarmos nas palavras de Soares, na sua última entrevista ao “DN”, quando sublinha que “a União Europeia, infelizmente, parece ter perdido o golpe de asa e a alma...”

Acérrimo defensor do ideal europeísta, Mário Soares defende, desde sempre, a necessidade de criação de uma Europa dos cidadãos, baseada “em valores de civilização que são comuns a todos os europeus – o pluralismo democrático, os direitos humanos e as responsabilidades sociais do Estado de direito” Para Soares, a Europa é um “projecto de paz, portanto, essencialmente, político e social”, recordando, assim, tão simplesmente, o “esboço” identitário, desenhado, entre outros, por Monnet e Schuman, essa nossa iniludível “comunidade de destino”. Lúcido, não deixa de constatar, também, as inúmeras incompreensões, adversidades ou recuos, que afectam a institucionalização de uma verdadeira união política.

Nos mais variados areópagos encontramos, felizmente, mulheres e homens frateros, visionários, dedicados à causa pública e à defesa do interesse geral. Humanistas que acrescentam sempre alguma coisa de verdadeiramente único e pessoal, aos cargos que desempenham. Mário Soares é uma dessas personalidades, cuja persistência, rebeldia e prazer pela vida, nos revelam a força dos que não desistem nunca, e em quem os portugueses podem continuar a buscar inspiração.

“Há homens assim!”

OPINIÃO



JESUÍNA RIBEIRO
Presidente do Departamento
das Mulheres Socialistas
da FAUL

*É intolerável
que se
continuem
a julgar
mulheres por
abortos ilegais.
Muitas dessas
Interrupções
são autênticos
gritos de
desespero,
feitas em
condições
imorais*

PELA DESPENALIZAÇÃO DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

A LEGISLAÇÃO sobre interrupção voluntária da gravidez (IVG) foi aprovada na maioria dos países entre os anos 70 e 80 tendo em regra sido precedida de longos e polémicos debates.

Recorde-se Simone Weil na França, que deu o nome à lei sobre a IVG e em Itália a grande batalha cívica encabeçada, entre outras mulheres, por Emma Bonino, ex-comissária europeia e actual ministra do Governo de coligação centro-esquerda, de Romano Prodi.

Fazendo uma análise comparativa da situação legal na Europa, vemos que Portugal tem uma das legislações mais restritivas, a par da Irlanda. Tal como as mulheres irlandesas que têm de ir a Inglaterra interromper a gravidez, também as mulheres portuguesas se deslocam a Espanha.

Todos os países que despenalizaram a IVG viram uma diminuição progressiva do seu número, à excepção de Espanha. Tal facto deve-se, por certo, à data recente da aprovação da lei sobre a IVG (1995) e muito provavelmente ao número de portuguesas que se vêm obrigadas a recorrer às estruturas hospitalares espanholas.

Este é um factor relevante e um dado que devemos realçar. A despenalização – e não liberalização – da IVG, como os defensores do “Não” tanto esgrimem, em todos os países diminuiu e houve uma melhoria dos sistemas de prevenção e das condições de orientação e acolhimento da mulher em estado de angústia.

O consentimento da mulher é exigido em todos os ordenamentos, e a prática da IVG sem tal consentimento é penalizada.

Muito importante é a consideração legal que o ordenamento jurídico alemão dá à noção de “riscos de saúde resultantes de condições adversas socioeconómicas”.

Este é – como muito bem se sabe – um dos, se não o principal, motivos, pelo qual se recorre à IVG.

Conjuntura social

Quando em 84 se travaram as primeiras “batalhas” públicas em Portugal, vimos quanto atraso no exercício de uma cidadania activa e solidária se manifestava ainda em Portugal. Será que hoje a situação é diferente?

Os últimos estudos de opinião apontam para uma maioria da população portuguesa receptiva à despenalização do aborto, mas não esqueçamos que também no último referendo parecia que o “Sim” iria vencer e depois não foi isso que sucedeu.

É, por isso, muito importante envolver toda a comunidade socialista, a sociedade laica e católica progressista na próxima batalha pela despenalização do aborto.

Batalha essa que deverá assentar numa clara exposição de que defendemos a despenalização, por contraposição ao sentido negativo da palavra liberalização, que não advogamos a IVG como um método de planeamento familiar, mas sim como um meio de definição de verdadeiras políticas integradas de protecção à família.

Contrapor a todo um sector conservador, eivado por um lado de aceitáveis posições ético-religiosas, mas também por um certo reaccionarismo cultural e fundamentalista do direito à vida (como se nós não pugnássemos por esse mesmo direito, só porque defendemos a despenalização da IVG!), que a constituição de uma família deve ser um acto desejado e programado num ambiente de felicidade e solidariedade humana.

A IVG nas batalhas pela cidadania e solidariedade

Todas nós camaradas, mulheres e homens socialistas e todos os que se quiserem juntar à nossa luta cívica e democrática, temos de explicar junto dos nossos núcleos familiares, de amigos e laborais a importância desta nossa batalha pela cidadania e civilização.

A interrupção da IVG não é um problema que diz respeito apenas às mulheres, respeita também aos homens. Logo é verdadeiro problema social.

É intolerável que se continuem a julgar mulheres por abortos ilegais. Muitas dessas Interrupções são autênticos gritos de desespero, feitas em condições imorais. O direito à IVG é um imperativo social, que resulta do princípio constitucional do direito à saúde. A IVG é sem margens para dúvidas um problema a ser visto como uma medida da política de saúde.

A IVG tem de sair de consultórios escuros, vãos de escada e entrar pela porta principal dos hospitais públicos e privados, para ser tratada como um problema de saúde pública, que é.

Federação Setúbal promove acção de formação contabilística e financeira

MARY RODRIGUES

APROFUNDAR a qualificação dos responsáveis pela área contabilística e financeira das secções do PS/Setúbal foi o objectivo central de uma acção de formação realizada, no passado dia 6 de Janeiro, na sede desta federação.

Contando com a presença de Vítor Ramalho, de responsáveis pela área financeira e dos secretários-coordenadores das secções da Federação de Setúbal, esta acção de formação inscreve-se num quadro de esforços mais vasto que o PS tem vindo a desenvolver no sentido de esclarecer, informar e aplicar a Lei de Financiamento dos Partidos Políticos (Lei 19/2003, de 20 de Junho).

Recorde-se que, neste âmbito, o nosso partido definiu, internamente, um conjunto de procedimentos que visam o respeito rigoroso da legislação em vigor.

Assim, foi elaborado um Manual de Procedimentos, onde se encontra sintetizada e sistematizada toda a informação pertinente a esta



matéria, documento que tem vindo a ser divulgado desde 2005.

Tratando-se de uma área de reconhecida complexidade, segundo explicou ao “Acção Socialista” o director do Departamento Financeiro do PS, Casimiro Ramos, foi dada continuidade a acções de formação junto das estruturas do partido, com o intuito de assegurar o estrito cumprimento da lei. A primeira destas acções decorreu no dia 27 de Dezembro do ano passado, na Federação do PS de Aveiro.

“O PS quer apresentar as suas contas ao Tribunal Constitucional dentro das exigências legais”, sustentou o responsável.

Foi neste âmbito que a Federação de Setúbal solicitou a acção de formação adicional do passado dia 6, para a qual o Departamento Financeiro do PS mobilizou todos os apoios necessários.

Casimiro Ramos garante que o partido está disponível para o

alargamento destas acções a todas as estruturas federativas que a elas quiserem aderir, salientando que, para além dos procedimentos administrativos e financeiros, são dadas nestas acções de formação instruções para a elaboração do orçamento para 2007, bem como esclarecimentos sobre o funcionamento de cartões pré-pagos para pagamento de despesas e ainda sobre a possibilidade da utilização do Multibanco móvel.

Até ao momento, estão agendadas acções de formação nas Federações de Évora (20 de Janeiro – 15h00), da Guarda (1 de Março – 21h30) e de Braga (2 de Março – 21h30).

PS/Vila Real congratula-se com inauguração da estrada Valpaços-IP4

A FEDERAÇÃO de Vila Real do PS congratulou-se com a inauguração oficial da estrada que liga Valpaços ao IP4, nas proximidades de Mirandela, que disse ser “mais uma infra-estrutura ao serviço da região de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

Em comunicado, os socialistas vila-realenses sublinham que a estrada, ao servir directamente dois concelhos, “contribui para aumentar a rede de vias que no

interior da própria região podem proporcionar um maior desenvolvimento e, simultaneamente, atenuar as assimetrias regionais”.

O PS/Vila Real sublinhou que o secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Paulo Campos, afirmou na cerimónia de inauguração desta infra-estrutura que “a estrada já estava ao serviço das populações desde o período das festas de Natal,

exactamente porque o importante é pôr as obras ao serviço do desenvolvimento das regiões”.

Na verdade, “a nova via abrevia a deslocação entre as duas cidades, facilita o trânsito de pessoas e mercadorias, permite o acesso mais rápido dos habitantes da sede e de uma parte significativa do concelho de Valpaços ao IP4 e, por via disso, à sede do distrito de Vila Real”, refere o comunicado. **J.C.C.B.**

Socialistas desejam felicidades políticas ao PR

UMA DELEGAÇÃO do PS deslocou-se no dia 8 ao Palácio de Belém para apresentar cumprimentos de Ano Novo e desejar “felicidades políticas e pessoais” ao Presidente da República, manifestando igualmente o empenho do partido em “contribuir para a prosperidade dos portugueses, em especial dos mais desfavorecidos”.

“O PS gosta de trabalhar com o Presidente da República, com quem tem tido um relacionamento institucional sem falhas”, referiu o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, no final da audiência.

O PS, acrescentou, esteve no Palácio de Belém para “desejar um

bom Ano Novo” e votos de “felicidades políticas e pessoais” ao Presidente, reiterando que “o país está no rumo correcto, com a dinâmica de desenvolvimento adequada, num clima de confiança e esperança no futuro”.

Além de Alberto Martins, a delegação socialista integrava ainda os camaradas Vitalino Canas, porta-voz do PS, e Jorge Coelho, da Comissão Nacional.

Recorde-se que na apresentação de Boas-Festas a Cavaco Silva, o primeiro-ministro, José Sócrates, havia já enaltecido o “comporta-

mento absolutamente impecável” que o Presidente da República tem mantido na sua relação com o Governo.

“Quero dizer-lhe senhor Presidente, em nome do Governo, que gostamos de trabalhar consigo” e “quero que saiba o quanto apreciamos o comportamento absolutamente impecável da Presidência da República na cooperação institucional com o Governo”, disse ainda o primeiro-ministro.



OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Membro da Comissão Nacional do PS

O combate pela verdade desportiva, pela credibilização do Desporto e contra o "doping", não se faz sem firmeza nas convicções e determinação nos actos

A VERDADE DESPORTIVA

O PROGRAMA Eleitoral do PS, o Programa do Governo e a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto afirmam que a luta contra as práticas irregulares na competição, a protecção da saúde dos praticantes e a luta contra a dopagem são prioridades da acção governativa e obrigação da Administração Pública Desportiva. Daqui resulta que o PS e o Governo assumiram, e bem, um compromisso político sério na luta contra o doping e que esse combate é imposto pelas Leis da República ao Estado.

Dito isto e perante um caso concreto em que existem fundadas suspeitas de uso de substâncias "dopantes" por parte de um atleta profissional e de violação do quadro legal vigente numa deliberação de um órgão federativo (CJ), ao Governo cabia escolher um de dois caminhos:

a) Um seria fechar os olhos e fazer tábua-rasa dos compromissos políticos e das responsabilidades legais a que está obrigado, como se tornou hábito no passado recente. Para tal bastava soltar argumentos gastos como "esta é uma questão estritamente desportiva" – o que já ficou atrás demonstrado que não é verdade – e como tal respeitamos a independência e autonomia dos órgãos federativos". Este seria o caminho mais fácil e simpático e que mais agradaria à "clubite da politica" e aos "politiqueiros do desporto";

b) Ou, caminho mais difícil e exigente, cumprir o seu Programa, zelar pela observância do quadro normativo aplicável e passar das palavras aos actos na defesa da ética, da verdade desportiva e da saúde dos praticantes e dar mais um passo no combate ao doping no Desporto.

O Governo, mais uma vez, seguiu o caminho da responsabilidade e da exigência. Como tal, andou bem quando, em Julho de 2006, perante um Acórdão do CJ que determinou o arquivamento de um processo de doping por razões meramente processuais (adjectivas) sem se pronunciar sobre a substância da questão (se estávamos ou não perante um caso de "doping") e ao arpejo do quadro jurídico que regula esta matéria, fez duas coisas:

1.º Pedeu um parecer com carácter de urgência à Procuradoria Geral da República (PGR), para que este



órgão do Ministério Público se pronunciasse sobre a legalidade do citado Acórdão de arquivamento;

2.º Enviou o processo para Agência Mundial de Antidopagem (AMA) para apreciação da questão substancial e, se assim fosse entendido, remessa para o Tribunal Arbitral do Desporto (TAS).

Passados menos de seis meses podemos retirar conclusões significativas:

- A PGR considerou que o que o CJ "incorreu em vício de violação de lei", que o arquivamento do processo se traduziu "numa inaplicação da legislação antidopagem" e que era "juridicamente insustentável" arquivar o processo com base no vício de forma alegado.

- A AMA remeteu o processo para o TAS que, apreciando existência ou não de um caso de "doping", decidiu pela suspensão do atleta.

O Governo rompeu com a passividade conivente, defendeu a legalidade e cumpriu o seu Programa.

O combate pela verdade desportiva, pela credibilização do Desporto e contra o "doping", não se faz sem firmeza nas convicções e determinação nos actos. O refúgio na passividade das palavras em nada contribui

para a saúde dos atletas e para o primado da ética no Desporto.

Este caminho não é feito contra ninguém (nem pessoas, nem instituições), mas na defesa de valores que considera fundamentais e do respeito pela Lei. Onde tinha obrigação política e competência legal para intervir, o Governo interveio. Alguns tentaram aproveitar a dimensão mediática desta questão para lançar

uma confusão, comparando o incomparável. Juntaram um pouco de "politiquice" à "clubite", misturaram e tentaram baralhar a opinião pública, comparando esta questão com processos que estão a ser alvo de investigação judicial.

Sejamos claros, como já referimos, o combate ao "doping" é uma obrigação legal da Administração Pública Desportiva. Os processos que estão a ser alvo de investigação judicial são da responsabilidade de outro órgão soberania e nos quais o Governo não pode interferir sob pena de violar um dos mais importantes princípios constitucionais, o princípio da separação de poderes. Alias, se o Governo, de alguma forma, intervesse nesses processos, os autores daquela absurda comparação seriam os primeiros a clamar pelo respeito da constituição e a criticar a ingerência governativa.

O Desporto, nas suas variadas vertentes, tem que se afirmar cada vez mais como um espaço de liberdade e de cidadania. É imprescindível salvaguardar a ética, a verdade desportiva e a saúde dos praticantes. Estes objectivos só se atingem combatendo com determinação e sem ambiguidades o "doping". Este é o nosso caminho!

OPINIÃO



MARIA JOSÉ GAMBOA
Deputada

Foi opção do Governo incluir em cada área das políticas públicas objectivos de inclusão de combate à exclusão, assumindo que o desenvolvimento social e o crescimento económico têm de conter a opção pelas questões da inclusão social, potenciando assim a promoção e a eficácia das próprias políticas de inclusão

O COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL: COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

O COMBATE à pobreza e à exclusão social sempre constou, e continuará a constar como uma das prioridades centrais para o Partido Socialista, nomeadamente no que diz respeito ao combate à pobreza das crianças e dos idosos, à correcção das desvantagens e à luta contra as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

O PNAI português para 2006-2008 "apresenta uma estratégia nacional de inclusão assente numa análise do contexto socioeconómico e os seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social, o que conduziu à identificação de um conjunto restrito de prioridades políticas de intervenção com vista à sua concretização".

As transformações económicas e sociais em curso motivadas pela globalização, geradoras de novos fenómenos de pobreza, determinam uma revisão das diversas políticas públicas, visando responder ao novo paradigma do desenvolvimento económico e social sustentado, e designadamente a assumir o combate à pobreza e a todas as formas de exclusão social como um desígnio nacional.

Neste contexto, foi opção do Governo incluir em cada área das políticas públicas objectivos de inclusão de combate à exclusão, assumindo que o desenvolvimento social e o crescimento económico têm de conter a opção pelas questões da inclusão social, potenciando assim a promoção e a eficácia das próprias políticas de inclusão.

Em 2004, de acordo com os dados constantes do PNAI, cerca de 21 por cento da população portu-



guesa vivia abaixo do limiar da pobreza.

O rendimento mínimo garantido, que nos orgulhamos de ter criado, que a direita rebaptizou, desempenhou um papel fundamental nos últimos anos no combate à pobreza. Por isso, temos a ambição de garantir que 90 por cento dos agregados beneficiários estabeleçam acordos de inserção até 2008.

Reforçar as competências educativas e sociais das famílias, promovendo eficazmente a conciliação da vida profissional com a vida familiar, através do aumento em 50 por cento da capacidade instalada em creches até 2009, surge como uma meta a que o Partido Socialista e o Governo conferem grande importância e significado.

Para a população idosa, o reforço dos equipamentos sociais criando 19 mil novas vagas até 2009, constitui o nosso principal objectivo neste domínio, acrescido da garantia dada pelo Governo a todos os idosos com mais de 65 anos e com baixos recursos económicos de um complemento solidário com vista a aumentar os seus rendimentos para um patamar mínimo de 4200 euros por ano.

Mas o combate pela inclusão social faz-se também e, sobretudo, nos terrenos da educação formal e da qualificação das pessoas.

O Governo iniciou já em 2005 o combate ao abandono e insucesso escolar, e o reforço de vagas em cursos de educação e formação; reduzir-se-á o insucesso escolar no ensino básico para metade até 2009 e qualificar-se-á um milhão de adultos em idade activa até 2010.

As pessoas com deficiência surgem também como cidadãos a quem as políticas de promoção de inclusão são absolutamente fundamentais. Por isso, 46 mil pessoas com deficiência estão abrangidas em acções de formação, qualificação e apoio técnico, com vista à sua integração socioprofissional até 2008 igualmente será assegurado a 38.500 emigrantes o acesso a acções de formação, qualificação e apoio técnico até 2008.

A inclusão social, sendo um processo em evolução, é também e sobretudo um compromisso, das sociedades democráticas no cumprimento dos desígnios da promoção da igualdade de oportunidades entre todos os homens e todas as mulheres.

“Mobilização, informação e visibilidade são essenciais para a vitória do ‘sim’”

O referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) é, para Maria Manuela Augusto, a batalha crucial e incontornável com que arranca o ano de 2007. Em entrevista ao “Acção Socialista”, defendeu a realização de uma campanha de proximidade, informação e esclarecimento, que se apoie o mais possível na afinação de diferentes vozes partidárias.

A pouco mais de um mês de completar o seu primeiro ano de mandato como presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), Maria Manuela Augusto passa em revista as principais iniciativas levadas a cabo pela organização que dirige, elogia o Governo por ter colocado a questão da igualdade de género na agenda política nacional e promete que as mulheres socialistas irão privilegiar acções viradas para o exterior.

MARY RODRIGUES
J.C. CASTELO BRANCO

Como é que o Departamento que lidera se está a preparar para a campanha que se inicia já no final deste mês?

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que a interrupção voluntária da gravidez é um problema civilizacional que diz respeito à sociedade portuguesa no seu todo e não apenas às mulheres. Contudo, há que reconhecer que são as mulheres as humilhadas e condenadas quando se vêem obrigadas a recorrer ao aborto clandestino.

Por isso, quer o Departamento Nacional, quer os departamentos federativos de mulheres, estão a organizar-se e a trabalhar, desde Outubro do ano passado, no sentido de sensibilizar e informar as pessoas sobre esta problemática que afecta tantas mulheres, sobretudo as de menos recursos, no nosso país. Daí a importância de termos criado uma rede, dada a crucialidade de trabalhar localmente também neste dossiê, com vista a evitar a repetição dos erros crassos que se cometeram com o referendo de 1998.

Estamos, pois, a programar sessões que esclareçam no terreno o que verdadeiramente está em causa no próximo referendo, que deixem perfeitamente assente que temos de ganhar a batalha desta vez e que

mobilizem as pessoas a votar no próximo dia 11.

Quais foram, em seu entender, os erros que se cometeram em 1998?

Houve excessos de linguagem tanto da parte do “sim” quanto do “não”. Também houve excesso de confiança na vitória e uma ausência de um envolvimento partidário com visibilidade por parte do PS naquela campanha, facto que prejudicou a mobilização e o esclarecimento dos cidadãos.

Queremos deixar claro junto dos eleitores que eles estão a ser questionados sobre se querem ou não ver alterado o artigo 140.º do Código Penal português, no sentido de se acrescentar uma alínea onde se defina que as mulheres não mais serão condenadas se decidirem interromper a sua gravidez até às dez semanas de gestação.

É preciso percorrer o país e evidenciar que se as pessoas votarem “não” tudo ficará na mesma. Se, pelo contrário, quisermos acabar com esta situação humilhante para as mulheres e também para médicos e técnicos de saúde, se quisermos acabar com a vergonha do aborto clandestino e melhorar efectivamente a saúde reprodutiva das mulheres, é preciso votar “sim”.

Qual o tipo de campanha que, no seu entender, deveria ser de-

envolvida nesta segunda oportunidade que se dá à despenalização da IVG?

Tudo indica que o PS está no bom caminho, não só porque os socialistas estão envolvidos em vários movimentos de cidadãos pelo “sim” que já estão criados, mas porque o partido, internamente, através dos seus dirigentes, designadamente do secretário-geral, assumiu a necessidade de encarar este problema como prioritário e sério e mostra-se empenhado na vitória do “sim” neste referendo. Este envolvimento das estruturas e dos dirigentes socialistas é essencial, mas deve apoiar-se em acções concretas. É muito importante que a máquina do partido funcione, mas não podemos negligenciar, porém, a componente mediática porque, quer queiramos quer não, tudo se joga na Comunicação Social e, por isso, precisamos ter força e impacto junto dela.

Temos já garantida a participação de José Sócrates em conferências, que necessariamente serão mediáticas, mas temos de envolver neste processo mais cidadãos e cidadãs que constituam uma referência para a população em geral e que estejam connosco neste combate, porque todos seremos poucos para mostrar o que está em causa e explicar as razões pelas quais vamos votar “sim” e se deve votar “sim” neste referendo.



Precisamos de fazer passar a nossa mensagem de forma eficiente, não só através dos tempos de antena, mas também é fundamental chegar a debates na televisão e fazer com que a Comunicação Social participe nas nossas acções, de modo a transmitir a ideia central da nossa campanha.

No fundo, diria que a mobilização, informação e visibilidade são essenciais para a vitória do “sim” no referendo de 11 de Fevereiro.

E que ideia é essa?

Temos de dizer claramente que ninguém quer liberalizar o aborto, nem promovê-lo como método contraceptivo, antes pelo contrário. Despenalizar a IVG até às dez semanas vai trazer benefícios, designadamente no campo da inclusão de muitas mulheres em programas de planeamento familiar e educação sexual, onde poderão ser aconselhadas por técnicos de saúde especializados.

É verdade que muitas pessoas já têm uma opinião formada sobre esta problemática, mas também é certo que há ainda muitos indecisos e é neste grupo de eleitores que é preciso apostar.

É, pois, crucial que se diga claramente que nenhuma mulher será obrigada a ir contra os seus princípios e praticar uma IVG se esta for despenalizada até às dez semanas. Mas, é imperativo compreender também que, quando a lei mudar, deixará de haver a actual imposição de uma certa moral que penaliza e condena quem pensa e age de forma diferente, mas de acordo com a sua ética.

Será aproveitada a recentemente criada estrutura das mulheres socialistas “em rede” como um instrumento estratégico para a campanha do referendo pelo “sim”?

Sim. De facto, estamos a aproveitar a nossa rede neste momento. Desde Outubro do ano passado que temos promovido sessões de debate e esclarecimento sobre esta matéria, produzimos inclusivamente uma monofolha com informação simples, clara e sintética relativamente à problemática da IVG e vamos ter um encontro das presidente federativas, no dia 13, para lançarmos a campanha no terreno a nível dos diversos departamentos de mulheres. Evi-



dentemente que temos consciência de que esta é uma questão que diz respeito ao PS e não apenas ao nosso Departamento, pelo que nós mulheres temos que trabalhar com todas as estruturas do partido. Contudo, ninguém compreenderia que não fossem aproveitadas estas redes locais para trabalharmos em prol de uma vitória do “sim” no dia 11.

Considera que para o esclarecimento dos portugueses e para a vitória do “sim” é importante contar com a colaboração de vários partidos, ou seja, com uma plataforma partidária de apoio à despenalização da IVG?

Estou convencida disso. Considero muito útil e fundamental essa colaboração. A ausência de uma articulação partidária a favor do “sim” foi outra das falhas de 1998 que devemos evitar. Uma aproximação cada vez maior daqueles que falam a nossa língua nesta matéria, ou seja, que partilham os nossos valores nesta problemática é não só desejável como necessária. Por isso, devemos concertar acções e afinar o discurso com os outros partidos e com os movimentos de cidadãos.

“**Se quisermos acabar com a vergonha do aborto clandestino e melhorar efectivamente a saúde reprodutiva das mulheres, é preciso votar “sim”**

Todos seremos poucos para mostrar o que está em causa e explicar as razões pelas quais vamos votar “sim” e se deve votar “sim” neste referendo”

Esta cooperação deve ser uma prioridade e é preciso que se perceba que não há já muito tempo para a fazer. Devemos avançar de imediato. Compreendemos que esta fase de estruturação dos grupos de cidadãos é complicada, uma vez que neles são geridas sensibilidades diferentes, mas é urgente construir uma plataforma de entendimento pela despenalização da IVG, sob pena dos movimentos favoráveis ao “sim” se dividirem em questões de somenos importância e descurarem aquilo que é verdadeiramente fundamental: apontar inequivocamente para o que está em causa na próxima consulta popular.

Acredita na vitória do “sim”. No entanto, coloca-se a questão de saber o que é que, na sua opinião, mudou desde 1998 relativamente a esta temática. Estamos em condições de derrotar a abstenção?

É verdade que acredito na vitória do “sim”, mas confesso que tenho algum receio em relação à abstenção, porque ainda hoje se mantém a ideia, em alguns estratos da população, de que a IVG é um problema das mulheres e, portanto,

que sejam “elas a resolvê-lo”.

Apesar desta atitude errada, estou convicta de que muita coisa mudou de 1998 para cá, exactamente ao nível das mentalidades. A IVG era uma problemática realmente fracturante há oito anos atrás. Actualmente, a discussão amadureceu também pela parte dos defensores do “sim”. Já não escutamos aquele discurso radical que se fez na campanha do primeiro referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. A própria sociedade compreendeu que, se na União Europeia e nos países ditos civilizados, esta questão está ultrapassada há anos, o facto dela se manter em Portugal é um anacronismo que nos afasta do paradigma comunitário e até civilizacional.

É de salientar que os eurodeputados socialistas e, designadamente a sua coordenadora, Edite Estrela, têm feito um grande trabalho em relação à articulação de acções com os parlamentares nacionais e com o partido para fazer chegar a nossa mensagem e mostrar que é preciso resolver esta questão também no nosso país.

Tivemos, recentemente, a norte-americana Frances Kissling, presidente do movimento internacional Católicos pela Livre Escolha, de visita ao nosso país. Quais as ideias-chave que reteve das intervenções desta activista no que diz respeito à descriminalização da IVG?

Achei a Frances Kissling uma mulher muito corajosa porque, sendo católica, tem a audácia de dizer claramente que não se pode proibir a interrupção voluntária da gravidez em determinadas circunstâncias. Ao defender que é necessário prevenir a necessidade de realizar IVG's pelas consequências que traz, explicitou de forma rigorosa um pensamento sobre a maternidade, que é o nosso também, e que passa pela ideia de pugnarmos por uma maternidade e uma paternidade conscientes, planeadas o mais possível e, portanto, desejadas.

A senhora Kissling disse-o muito claramente na intervenção que fez na Assembleia da República, sublinhando que é também no campo religioso que são muito notáveis as desigualdades entre homens e mulheres.

A Igreja Católica, como exemplo paradigmático na sociedade portuguesa, não permite a ordenação feminina e mantém o celibato. Ambos os aspectos são fruto de uma mentalidade onde está subjacente a desigualdade entre géneros. Há todo um trabalho a fazer para sanar estes anacronismos e contradições.

É de lamentar que na Comunicação Social não se tenha dado a necessária visibilidade à presença da senhora Frances Kissling em Portugal porque ela foi uma lufada de ar fresco em relação a um determinado pensamento anquilosado e foi uma mulher de grande coragem, cujas ideias deveriam ter

mais eco entre nós. Foi uma oportunidade única e mal aproveitada de fazer ver que também no seio da comunidade católica existe a livre escolha na IVG, no nosso caso, até às dez semanas, por opção da mulher.

Que balanço faz da sua actividade à frente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas?

Faço um balanço positivo. O Partido Socialista, é preciso lembrar, protagonizou ao longo das últimas décadas, no pós 25 de Abril, os grandes avanços em matéria de igualdade de género, e nós queremos dar continuidade e aprofundar o muito que já foi realizado.

Como já tive ocasião de sublinhar, privilegiámos, numa primeira fase, a criação de uma rede de trabalho local, no âmbito de uma política de descentralização que consideramos fundamental. E hoje, é um facto, temos mais mulheres envolvidas em actividades políticas e temos Departamentos Federativos eleitos nas 19 federações do nosso partido. Nas regiões autónomas há também um trabalho nesse sentido. Estando mais organizadas podemos sistematizar as acções, que devem ser mais dirigidas a problemas específicos já identificados.

Por outro lado, temos vindo a concretizar o nosso plano de actividades, com acções descentralizadas, trazendo para a discussão temas como o da não visibilidade do mérito das mulheres nos media, o drama da violência doméstica, ou o da difícil conciliação entre a vida familiar, profissional e cívica, com todas as implicações que lhe estão subjacentes.

Ao mesmo tempo, em termos colectivos, penso que podemos dizer que também lutámos pela recente Lei da Paridade, pela realização do próximo referendo sobre a IVG, pela atenção dada em relação às questões de género na lei de avaliação e certificação dos manuais escolares, entre outras iniciativas.

Gostaria ainda de salientar que levámos ao último Congresso uma Moção Sectorial que contém propostas que consideramos fundamentais para consolidar a igualdade entre homens e mulheres. Foi aprovada, sem votos contra, pelo que o próximo passo será agir para que essas propostas possam ser materializadas em iniciativas legislativas, ou outras.

E quanto a iniciativas futuras?

Naturalmente que a nossa grande prioridade de acção a curto prazo é conseguir uma grande mobilização em torno do próximo referendo sobre a IVG, com a realização de campanhas de informação, debate e mobilização para o voto a favor do “Sim”, trabalhando em rede, em colaboração com os Departamentos Federativos, mas numa campanha que será necessariamente a campanha do Partido Socialista. ►



Para além da iniciativa do dia 13, estamos também a programar um Encontro das Mulheres Autarcas, que será realizado em 24 de Março, onde pretendemos reunir as eleitas do PS em todos os órgãos e ver debatidos os novos desafios que se colocam aos autarcas, no que respeita à nova geração de políticas autárquicas, procurando também incentivar mais mulheres a participarem no poder local. É preciso sublinhar que nos 308 municípios do país, há apenas 19 mulheres presidentes de câmara.

Por outro lado, vamos assinalar o Dia Internacional da Mulher, que coincide com o nosso primeiro ano de mandato, destacando as grandes conquistas do Partido Socialista em matéria de igualdade entre homens e mulheres, e relançar os novos desafios e as medidas que queremos ver concretizadas.

Temos também programadas visitas a estabelecimentos prisionais, para acompanhar a situação das mulheres reclusas, quer em termos ocupacionais e de formação

“Quando a lei mudar, deixará de haver a actual imposição de uma certa moral que penaliza e condena quem pensa e age de forma diferente, mas de acordo com a sua ética

A própria sociedade compreendeu que, se na União Europeia e nos países ditos civilizados, esta questão está ultrapassada há anos, o facto dela se manter em Portugal é um anacronismo que nos afasta do paradigma comunitário e até civilizacional”

profissional, quer em relação à sua saúde em geral e à ginecológica, em particular.

Programámos também visitas a instituições que acolhem ou acompanham mulheres prostitutas ou vítimas de tráfico para exploração sexual.

E previmos ainda visitas a centros vocacionados para o tratamento e reinserção de pessoas toxicodependentes.

Naturalmente que continuaremos a realizar as acções previstas no nosso plano de actividades, num ano que se convencionou como o “Ano Europeu da Igualdade para Todos”, em que Portugal assumirá a presidência da UE no segundo semestre.

De salientar que damos grande relevo à necessidade de promover iniciativas legislativas que concretizem aquilo que reivindicámos na Moção Sectorial que levámos ao último Congresso do PS.

O Governo tem colocado a questão da igualdade de género na agenda política. Que medidas

gostaria de ver lançadas ou aprofundadas neste domínio?

Este Governo, pela sua prática, colocou efectivamente na agenda política a questão da igualdade de género e tomou medidas muito importantes nesta área, assim como o Grupo Parlamentar, sendo de destacar a Lei da Paridade.

Nós tivemos a oportunidade de apresentar no último Congresso uma moção onde apontávamos os passos que consideramos fundamentais para resolver algumas questões relacionadas com a igualdade de género e que queremos ver convertidas em iniciativas legislativas.

Um dos nossos “cavalos de batalha” tem sido a luta contra a discriminação das mulheres no emprego. É um facto indesmentível que as mulheres estão em maior número no desemprego, enfrentam mais dificuldades para poderem progredir nas suas carreiras e, em muitas actividades, são também discriminadas em matéria salarial, auferindo, em média, menos 15 por cento do vencimento dos seus

colegas masculinos. Estamos a falar de trabalho igual, para salário desigual.

A que é que se devem estas desigualdades?

Sem dúvida que, em grande parte, estas desigualdades estão directamente relacionadas com as responsabilidades inerentes à maternidade. Quando estas responsabilidades forem, de facto, partilhadas entre pais e mães, homens e mulheres estarão em pé de igualdade também em relação ao emprego e às suas carreiras profissionais.

Para tanto, é necessário reconhecer à paternidade o mesmo valor social dado à maternidade. Defendemos uma sociedade onde se garanta aos homens o direito de se envolverem de igual modo na vida familiar, possibilitando às crianças e aos jovens a participação equilibrada da mãe e do pai no seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, aligeira-se a carga de responsabilidades tradicionalmente atribuídas às



mulheres, que podem usufruir de mais tempo para a sua afirmação na vida pública, seja no campo profissional, cívico e político, ou tão-só para o lazer.

Que medidas devem ser tomadas no curto prazo para o conseguir?

As medidas de conciliação que assinalámos na nossa moção aprovada em congresso visam atingir estes e outros objectivos.

A gestão estratégica do “nosso tempo” deve ser levada à Concertação Social. Não tenho dúvidas em relação aos seus efeitos positivos no que diz respeito também ao aumento da nossa produtividade individual e colectiva.

Os nossos padrões de mobilidade, de trabalho, de lazer, têm que ser repensados. Eles foram subvertidos por completo no modelo de sociedade em que todos nos enredámos.

Por outro lado, há que aumentar progressivamente a licença de paternidade e promover campanhas de sensibilização para que seja efec-

“Este Governo, pela sua prática, colocou efectivamente na agenda política a questão da igualdade de género

Um dos nossos “cavalos de batalha” tem sido a luta contra a discriminação das mulheres no emprego

Ser socialista no mundo de hoje é não abdicar dos nossos valores humanistas em todas as áreas de decisão, se quisermos ser os arautos da verdadeira modernidade

tivamente usufruída, assim como o uso da licença parental.

O Código do Trabalho deve alargar, na sua próxima revisão, os direitos das mães trabalhadoras também aos pais.

É por aqui que temos que continuar o caminho, porque estas medidas terão necessariamente reflexos também enquanto incentivos ao aumento da taxa de natalidade, uma preocupação que ocupa já a maioria dos países da União Europeia. E Portugal, não foge à regra, uma vez que tem uma taxa de natalidade de 1,4 por cento, enquanto a média da UE é de 1,5 por cento...

A violência doméstica tem sido também uma questão prioritária para as mulheres socialistas. Porquê?

A violência doméstica é um assunto que é dramático na nossa sociedade, tal como em praticamente todo o mundo. Mas em Portugal, não nos podemos esquecer, nos primeiros seis meses do ano passado, a PSP e a GNR registaram cerca

de 50 casos de violência doméstica por dia. E sabemos também que perto de 90 por cento dos crimes de violência doméstica – um drama que também atinge crianças e idosos – são contra as mulheres. E morrem por mês cerca de cinco mulheres vítimas de violência. Ora, este facto devia dar origem a parangonas nos jornais e em outros meios de comunicação e ser um tema de discussão permanente na opinião pública. Infelizmente, só é em determinadas circunstâncias, quando se assinala o Dia Internacional contra a Violência Doméstica.

Este é um sinal de que efectivamente a igualdade entre homens e mulheres está ainda muito longe de ser uma realidade.

Que medidas concretas é que acha que devem ser tomadas para combater este flagelo?

Nós achamos que o Governo do PS está a tomar medidas muito avançadas também neste domínio, sendo de destacar, por exemplo, a iniciativa legislativa que autonomiza este crime, na proposta de revisão do Código Penal, que já era considerado crime público, mas que agora tem contornos mais precisos. Ora, esta mudança vai permitir uma maior eficácia tanto na prevenção como na penalização deste crime. A lei prevê também o uso de processos electrónicos para controlar e fiscalizar o afastamento do agressor da sua vítima.

Não acha que o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas tem centrado muito a sua actividade no plano interno, descuidando acções no exterior, como visitas a instituições ou assinalar, por exemplo, datas importantes como o Dia Internacional da Mulher ou da Criança?

Sim, eu acho que é fundamental uma maior visibilidade exterior. Mas, por exemplo, nós assinalámos no ano passado o Dia Internacional da Mulher com um encontro de socialistas, na sede nacional, onde esteve presente o nosso secretário-geral.

Em relação à comemoração de dias internacionais, nós temos desenvolvido acções em todo o país, mas o que é facto é que nós ainda não conseguimos ter a necessária visibilidade mediática.

É preciso sublinhar que, desde que tomámos posse, a criação da rede de mulheres foi uma das nossas prioridades e agora temos condições logísticas para passar a outra fase que é o trabalho no terreno.

Penso, portanto, que estamos agora com uma outra dinâmica, uma vez que conseguimos envolver localmente muitas mais mulheres nas nossas iniciativas viradas para o exterior.

Como vê a hipótese de uma mulher, a socialista Ségolène Royal, poder ser eleita Presidente da República em França?

Aí está uma das razões porque eu acho que há um ainda um dé-

ficado muito grande de participação das mulheres ao nível de cargos de notoriedade política. Todos nós estamos na expectativa que Ségolène Royal vença as eleições presidenciais francesas, por um lado, porque ela é socialista, e, por outro, pelo facto de ela ser mulher. Ora, a grande expectativa gerada em torno do facto de ela ser mulher e poder ascender ao mais alto cargo de uma nação mostra a desigualdade que persiste entre homens e mulheres. Este facto já deveria ser uma coisa perfeitamente natural. E isto é que é um estatuto de minoridade passado às mulheres, não é a Lei da Paridade, ao contrário do que alguns ainda pensam. A Lei da Paridade força a mudança e vai fazer com que cada vez mais mulheres mostrem as suas competências, os seus méritos. Portanto, este caso da Ségolène Royal é paradigmático, mostrando que temos ainda um longo caminho de luta a percorrer para que a igualdade de género seja, efectivamente, uma realidade a vários níveis.

O que é ser socialista em 2007, num mundo pós-Muro de Berlim e dominado pelo neoliberalismo?

Eu diria que é preciso resistir ao imediatismo e ao que nos querem vender como incontornável ou imprescindível para se continuar a manter o nosso modelo de civilização dita Ocidental. A verdade é que só mantendo um elevado espírito crítico em relação ao que todos os dias nos garantem os grandes “gurus” do pseudo-progresso e do desenvolvimento, conseguimos não abdicar de uma constante reflexão sobre o estado em que este modelo de desenvolvimento colocou a humanidade.

Por isso, aumentam as responsabilidades dos socialistas no mundo de hoje. É verdade que o mundo mudou radicalmente e demasiado depressa, sem que pudéssemos interiorizar cada mudança, adaptando-nos ou reajustando-nos em função dos novos e constantes desafios. Mas a economia de mercado sem mecanismos de regulação ou de ponderação levou ao agravamento do fosso entre os países pobres e os mais ricos ou desenvolvidos.

É insustentável este estado de coisas, para não falar dos problemas ambientais e energéticos em que todos estamos enrolados.

A desejável abertura e a inclusão dos países de Leste e dos asiáticos, como a China ou a Índia, neste modelo de economia global vão obrigar à mudança do jogo. As regras nunca mais serão as mesmas. Aos socialistas cabe-lhes um papel crucial, para não dizer vital, no sentido de mudarem a agulha e o rumo, impondo a sua visão humanista de desenvolvimento, evitando conflitos, usando a capacidade de diálogo internacional.

Eu diria, então, que ser socialista no mundo de hoje é não abdicar dos nossos valores humanistas em todas as áreas de decisão, se quisermos ser os arautos da verdadeira modernidade.

OPINIÃO



CATARINA MARCELINO
Membro da Assembleia de Freguesia do Montijo e presidente das Mulheres Socialistas de Setúbal

A nova lei do financiamento das autarquias, trazendo uma nova geração de políticas ao poder local, assenta numa aposta estratégica nas pessoas – mais e melhor educação, saúde e acção social

CIDADANIA E PODER LOCAL

A PARTIR da década de 90, houve uma alteração estrutural no exercício do poder pelas estruturas autárquicas, nomeadamente no que diz respeito aos municípios.

A proliferação de legislação que cria órgãos representativos das instituições da sociedade civil local, em parceria com os organismos públicos, traduziu-se numa forma diferente de olhar para a decisão política municipal. Exemplos concretos são os Conselhos Municipais de Educação, os Conselhos Municipais de Juventude, os Conselhos Municipais de Segurança e as Redes Sociais.

Este novo percurso iniciado na última década encerra em si uma mudança de paradigma no sistema democrático local. Passámos do exercício da democracia representativa clássica para um primeiro ensaio de sistema misto, da democracia representativa em complementaridade à democracia clássica.

A definição de primeiro ensaio prende-se com o facto desta democracia representativa praticada nos nossos municípios e que influencia de facto o planeamento dos territórios e as decisões de algumas opções sectoriais, ser influenciada pelas organizações da sociedade civil, ou seja, o nível de representatividade dos cidadãos aumenta, quando nas decisões participam, não só os representantes eleitos para os órgãos administrativos do território, mas também os representantes dos cidadãos em organizações culturais, de solidariedade social, desportivas, humanitárias, de juventude, entre outras.

O desafio que começa a ter ecos em alguns dos municípios é passar para uma segunda fase do processo, que permite aos cidadãos individualmente inseridos num grupo, exercendo plenamente a sua cidadania, participarem directamente nas decisões importantes para a sua comunidade. Esta nova filosofia de intervenção tem vindo a traduzir-se fundamentalmente na elaboração de planos de actividades e orçamento participativo.

Esta filosofia pressupõe um espaço de interacção entre os cidadãos, os representantes políticos e os técnicos, onde cada uma das partes desempenha diferentes papéis: os cidadãos propõem, os representantes políticos eleitos comprometem-se a discutir as suas propostas e a assumir as decisões conjuntas que forem mais úteis para a comunidade e os técnicos dão apoio legal e técnico ao processo.

É evidente que os orçamentos participativos têm de acautelar alguns pressupostos invioláveis, quer dos princípios da democracia representativa, quer da própria gestão das estruturas administrativas. Assim, as verbas para funcionamento e recursos humanos afectos ao trabalho do município, bem como as verbas afectas à execução dos projectos apresentados no programa eleitoral dos eleitos ficam fora do processo. Neste contexto, é levado à discussão dos munícipes apenas uma percentagem do valor total do orçamento, sujeita a ser utilizada no âmbito das decisões das assembleias de cidadãos.

Em Portugal, alguns municípios têm sido precursores desta estratégia de participação dos cidadãos através dos orçamentos participativos, o que não significa de forma alguma que esta filosofia tenha subjacente um princípio popular de decisão. Pelo contrário, o que lhe está de facto subjacente é um princípio republicano de responsabilidade e de cidadania social, de responsabilidade individual, mesmo dos mais excluídos e sub representados dos processos de tomada de decisão.

A título de exemplo, e não menosprezando as experiências nacionais, e apontando um caminho mais complexo desta filosofia democrática do exercício do poder, o Município de Sevilha criou mecanismos de “democracia directa”, através da constituição e formalização de assembleias públicas, as quais são abertas a todos os cidadãos garantindo uma participação igual e universal – uma pessoa, um voto.

Estas assembleias, que se organizam por diferentes níveis territoriais, têm um regulamento próprio que define as regras de funcionamento e os pressupostos participativos, numa perspectiva de complementaridade e nunca, em qualquer circunstância, excluindo as competências legais próprias dos municípios.

As assembleias funcionam em centros cívicos e usufruem de apoio técnico directo, cuja missão é dinamizar grupos de cidadãos nas diferentes comunidades locais, organizando propostas para a assembleia de cidadãos, fundamentadas e que obedecem a um conjunto de critérios como o financiamento, a exequibilidade, as mais-valias para a comunidade, entre outras, ou participando em grupos sectoriais, em áreas como a educação, a acção social ou o emprego.

A nova lei do financiamento das autarquias, trazendo uma nova geração de políticas ao poder local, assenta numa aposta estratégica nas pessoas – mais e melhor educação, saúde e acção social. Este novo rumo é facilitador para um exercício do poder, quer através da sua componente representativa, assente nos votos dos eleitores, quer através da uma componente participativa afirmando a participação cidadã, trazendo mais desenvolvimento e progresso, dando aos cidadãos e cidadãs deste país a verdadeira responsabilidade pelo seu futuro, com o direito de usufruir mas acima de tudo com o direito e o dever de participar. Há ainda um caminho a percorrer.

Calha e ANA/PS debateram novas transferências para o poder local

NO PASSADO dia 3 de Janeiro, decorreu, no Largo do Rato, uma reunião do secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, com a Comissão Directiva da ANA/PS, na qual foram abordados vários temas relacionados com o poder local. Contudo, o assunto mais discutido foi o que resulta da transferência de atribuições e competências, para as autarquias locais, consignadas na Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.

Na reunião, foi ainda referida a importância de se abrir caminho para uma nova geração de políticas



locais, no âmbito da educação, da acção social e da saúde, que possa contribuir para uma maior eficácia e eficiência em favor das populações.

Miranda Calha referiu que “este tipo de reuniões, à semelhança do que se tem passado ultimamente, vão continuar a realizar-se, não só para analisar todas as questões relacionadas com as novas competências, bem como todas as que tenham a ver com políticas, que, no âmbito das autarquias, possam contribuir para uma melhor qualidade de vida das populações”.

Autarquia de Abrantes compra centenas de computadores para escolas do concelho

MAIS de 300 computadores vão ser adquiridos pela Câmara de Abrantes, durante este ano lectivo, para distribuir pelas escolas do 1º ciclo, alargando o projecto pioneiro de educação com novas tecnologias a todo o município.

Inserido no âmbito da aposta da edilidade abrantina na educação e na sociedade do conhecimento, o Projecto “Mocho XXI” teve início em 2005 com um programa-piloto na escola de São Facundo que, gradualmente, foi estendido a outros estabelecimentos do concelho, estimando-se que, em 2008, a média seja de um computador por cada dois alunos do 1º ciclo.

Em comunicado, a autarquia explica que vão ser investidos cerca de 500 mil euros em 303 portáteis, 27 computadores fixos, 27 impressoras e vários materiais informáticos de apoio.

“Em 2006, o programa esteve em vigor em 18 salas de 11 escolas,



abrangendo 232 alunos, utilizando 121 computadores portáteis”, refere a autarquia, adiantando que, a partir deste ano, o projecto estará implementado “em 42 salas de aula de 14 escolas, abrangendo um total de 904 alunos, utilizando 426 computadores portáteis”.

O projecto, que visa colocar as “novas tecnologias ao serviço do

ensino”, prevê que cada computador terá acesso sem fios à Internet, com o apoio de um “servidor de documentos e aplicações informáticas”, cabendo depois às crianças “a organização das informações dos ficheiros” em articulação com os docentes que também receberam formação para este novo modelo pedagógico.

Câmara de Matosinhos promove iniciação desportiva nos jovens

O MUNICÍPIO de Matosinhos vai disponibilizar gratuitamente, em várias freguesias do concelho, a prática de voleibol, ginástica, atletismo, ténis, judo e ténis-de-mesa a crianças dos seis aos 12 anos.

Na apresentação de quatro novas escolas municipais de desporto, o presidente da autarquia, o socialista Guilherme Pinto, disse que o objectivo é promover a iniciação desportiva nas camadas mais jovens da população do concelho, fundamentalmente onde a actividade desportiva é mais escassa.

“Este projecto tem como principal objectivo proporcionar a crianças, dos seis aos 12 anos, o contacto com várias modalidades



desportivas e o desenvolvimento de hábitos sociodesportivos, motricidade geral e capacidades motoras”, disse o autarca socialista.

Segundo Guilherme Pinto, pre-

tende-se com esta iniciativa que as escolas municipais de desporto sejam “um pólo dinamizador” das actividades que não estão a ser desenvolvidas nesse momento por nenhum clube ou que apresentem uma baixa representatividade numa freguesia.

As quatro novas escolas municipais de voleibol, em Perafita, de ténis, em Leça da Palmeira, de judo, na Senhora da Hora, e de ténis-de-mesa, em Lavra iniciam a sua actividade este mês gratuitamente.

Na apresentação das novas escolas, o presidente da autarquia disse ainda que serão estabelecidas sinergias com vários clubes desportivos do concelho para proporcionar a prática do desporto a todas as crianças.

Correia de Campos satisfeito com a evolução da política de Saúde

INTERVINDO num colóquio organizado pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o ministro da Saúde enunciou os três objectivos programáticos mais importantes que o seu Ministério implementou ao longo dos últimos 21 meses.

Para Correia de Campos, é justo confrontar o que foram as promessas plasmadas no Programa do Governo e compará-las com as realizações já concretizadas.

Foi assim, lembrou, que a reforma dos cuidados de saúde primários, as denominadas Unidades de Saúde Familiar (USF), a criação de uma rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde e apoio a idosos e pessoas em situação de dependência (CCI) e o controlo da despesa, foram medidas que o seu ministério prometeu levar a efeito e que hoje constituem uma realidade.

Quanto à primeira medida, o titular da pasta da Saúde referiu que se trata de um novo conceito sobre a entidade prestadora de proximidade, enquanto que os CCI foram criados com o objectivo de colmatar o que designou como a “maior grave brecha” do sistema de saúde, passando o período hospitalar, o qual tendia a alargar-se “pelo peso da demografia” e a tornar-se “um enorme factor de desigualdade social”.

Quanto ao último ponto, o controlo da despesa, Correia de Campos mostrou-se satisfeito com os resultados alcançados, pois “sem boas contas não há bom Serviço Nacional de Saúde”.

Contudo, como também referiu, estas três medidas têm que ser necessariamente entrelaçadas com muitas outras que o Ministério da Saúde lançou e que agora começam a dar os resultados esperados.

Estão neste caso, lembrou, a remodelação levada a efeito nos centros de saúde convencionais, porque se “não os transformássemos, jamais poderíamos realizar uma política activa de promoção da saúde”, cenário que, na sua opinião, “viria a implicar o bom desempenho de outros sectores”, tanto do Governo, “como da própria sociedade em geral”.

De facto, para o ministro da Saúde, se essas alterações não tivessem sido introduzidas pelo Governo, se a modernização e alteração do *statu quo* existente não fossem já uma realidade, dificilmente “poderíamos continuar a prevenir com eficácia” as doenças, velhas e novas, de que sofrem os portugueses, e jamais “poderíamos garantir médico de família a todos os cidadãos residentes em Portugal”.



OPINIÃO
CARLOS BEATO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

É pois com natural orgulho e compreensível satisfação que vemos hoje aprovados pelo Governo e inclusivamente considerados de potencial interesse nacional, alguns dos projectos mais significativos da nossa frente atlântica, que durante tantos anos aguardaram pela sua viabilização

Para criar a USF, diz Correia de Campos, “teremos que restringir ao mínimo” os Serviços de Atendimento Permanente (SAP), pois os médicos “ocupados nestes serviços” terão necessariamente que “escassear nas Unidades de Saúde Familiar”.

Urgências não são a solução para tudo

Na perspectiva do ministro da Saúde, o recurso indiscriminado às urgências hospitalares não é a solução mais adequada, nem tão-pouco é esse o objectivo da sua existência.

Se não soubermos articular bem as USF com as Redes de Referência Hospitalar, incluindo a Rede das Urgências, diz o responsável pela pasta da Saúde, com a ajuda do futuro Centro de Atendimento Nacional (call center), “não seremos capazes de utilizar racionalmente os hospitais” e continuaremos a enchê-los de doentes, que vão directamente à urgência “por não terem médico de família ou acesso a ele, nem consulta a tempo e horas”.

Por outro lado, se não tivermos uma boa rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde, incluindo o apoio domiciliário a garantir pelos centros de saúde, tenderemos “a reter no hospital doentes não agudos” por tempo superior ao necessário, “ocupando leitos e serviços dispendiosos”.

Finalmente, e referindo-se ao último ponto, Correia de Campos lembrou que sem o cumprimento escrupuloso de um plano exigente no sentido de uma correcta execução orçamental, “nunca poderemos ter ordem nos serviços”, nem espaço, como defendeu, “para a inovação ou disponibilidade para as novas reformas”, nem sequer “conseguiremos garantir a qualidade

de cuidados a que os portugueses têm direito”.

Um balanço positivo

Fazendo um balanço os resultados entretanto alcançado ao longo destes 21 meses, com os quais se mostrou satisfeito, o ministro da Saúde lembrou que, ao nível da reforma dos cuidados primários, as USF têm vindo a ser organizadas de forma voluntária pelos próprios profissionais em equipas constituídas por médicos de família, enfermeiros e pessoal administrativo, “com uma lista alargada de doentes” e trabalhando num horário que se estende entre as oito da manhã às oito da noite, “incluindo as manhãs de sábado”.

O êxito destas unidades, disse o ministro, está a ser de tal forma significativo que, para além das 43 unidades já em funcionamento, existem 18 cujas candidaturas já aprovadas, num conjunto de 120 que esperam a apreciação por parte dos serviços do Ministério da Saúde.

Quanto aos Cuidados Continuados Integrados, durante o ano passado prepararam-se as experiências-piloto “com monitorização e avaliação, redefinindo-se e redigindo-se o treino de pessoal nas directivas técnicas”, olhando com especial atenção “para os critérios de admissão de utentes, para o manual de planeamento e gestão de altas, recomendações sobre fármacos”, entre outras medidas.

Finalmente, sobre o controlo da despesa, Correia de Campos afirmou que, pela primeira vez “desde há anos, o Ministério da Saúde vai encerrar as suas contas dentro do orçamento previsto”.

É que, se a tendência dos três últimos anos não tivesse sido contida, frisou, este ano “estaríamos a gastar mais 271 milhões de euros”. **R.S.A.**

UMA VISÃO DE FUTURO

APÓS ter tomado posse, em 2002, como presidente da Câmara Municipal, eleito pelo Partido Socialista, numa manifestação inequívoca e expressiva da vontade de mudança do povo do concelho de Grândola, definimos uma estratégia clara e traçámos o rumo para se dar início a um novo ciclo autárquico, para que, no mais curto espaço de tempo, se pudessem atingir os objectivos de desenvolvimento e progresso compatíveis com as enormes potencialidades deste concelho e da região do litoral alentejano.

Assim, o turismo passou a ser o pilar fundamental em que deve assentar o desenvolvimento sustentável do concelho, obedecendo a um planeamento estratégico que ajude a recuperar o tempo e as oportunidades perdidas, e a afirmar cada vez mais as vantagens competitivas deste nosso território a nível ambiental e paisagístico, fazendo dele um destino de excelência.

Ao longo dos últimos três anos, e nas condições mais adversas, temo-nos batido, com determinação, pela concretização dos projectos estruturantes de desenvolvimento para o litoral alentejano, colocando sempre em primeiro plano os interesses da nossa população e da própria região.

É pois com natural orgulho e compreensível satisfação que vemos hoje aprovados pelo Governo e inclusivamente considerados de potencial interesse nacional, alguns dos projectos mais significativos da nossa frente atlântica, que durante tantos anos aguardaram pela sua viabilização.

Fruto desta visão estratégica de futuro, o concelho de Grândola atravessa hoje um dos momentos mais importantes e decisivos da sua história recente.

O novo e moderno cais de “ferry-boats” em Tróia, deverá estar em funcionamento até ao final ano de 2007.

Os projectos do “Tróia Resort” estão em marcha, prevenindo-se até 2008 a construção do Hotel Casino, do Centro de Congressos e da Marina, que quer vir a competir com as mais reputadas marinas nacionais e internacionais. O projecto do Pinheirinho recebeu, recentemente, o alvará para início das obras de construção dos empreendimentos e o projecto da Costaterra irá também passar à fase de execução já no início do próximo ano. Outros projectos de relevo, como o da Herdade da Comporta, estão em vias de serem concluídos.

Mas não é apenas na frente atlântica que as perspectivas de desenvolvimento se transformaram de utopia em realidade. A defesa consistente de uma estratégia de desenvolvimento integrado do território, aliada às potencialidades e características do interior do nosso concelho, tem permitido o surgimento e concretização de projectos estruturantes que irão complementar, com qualidade e diversidade, a oferta existente no litoral, acompanhando, deste modo, a dinâmica que aí se verifica. Na aldeia mineira do Lousal irá surgir em breve o Centro de Ciência Viva, um equipamento de características e tecnologia inovadoras, inclusivamente a nível internacional, que o Governo do primeiro-ministro, José Sócrates, recentemente aprovou, criando novas e fundadas expectativas para o projecto de revitalização daquela importante aldeia mineira e para a concretização da sua terceira e última fase – a descida real à mina. Projectos de turismo rural de grande qualidade têm vindo a surgir e a afirmar-se, sendo crescentes a confiança dos investidores e promotores nas potencialidades do concelho e o prestígio e a credibilidade que o município de Grândola tem vindo a conquistar junto destes, bem como junto das entidades com que se relaciona.

Estamos convictos que todos os projectos anteriormente referidos, e outros de menor dimensão mas de igual relevância, irão trazer mais desenvolvimento, mais progresso, maiores oportunidades de emprego e negócios para todos e irão possibilitar ao município dispor de meios e recursos para trabalhar cada vez melhor em áreas essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida da população, promovendo uma ampla justiça social, e criando as condições para que Grândola seja, cada vez mais, o concelho solidário e fraterno que José Afonso tão bem cantou.

Vivemos, hoje, o tempo de ganharmos o futuro. O Concelho de Grândola tem natural orgulho no seu passado, na sua história e nas suas gentes, sendo este um património importante que queremos continuar a honrar. Mas a melhor maneira de o fazer é olharmos decididamente em frente e trabalharmos diariamente por um futuro de prosperidade e progresso, que o concelho merece e que está, inteiramente, ao seu alcance.

Juntos, com a vontade e determinação que caracterizam o nosso povo e nos motivam a trabalhar cada vez mais e melhor, dando corpo à estratégia que traçámos e ao rumo que definimos, venceremos o desafio decisivo do futuro.

OPINIÃO



JOÃO PAULO PEDROSA
Presidente da Federação de Leiria do PS

Ao contrário do que muitos têm afirmado por aí, votar "sim" no próximo referendo não é defender uma "agenda de morte" é, mais do que tudo, um combate pela vida!

MARGARIDAS

POR razões que enchem de contentamento a minha família e os amigos, os últimos dias foram passados na maternidade do hospital de S. André em Leiria. Observando, num eterno retorno, como escreveu Mircea Eliade, a dedicação, o carinho, a construção de sonhos e projectos de vida de tantas mães pelos seus bebés, dei por mim a pensar que hoje, na sociedade portuguesa, há quem levante o dedo acusador às mulheres e as pretenda condenar em tribunal por, em circunstâncias muito dolorosas da sua vida pessoal, não terem tido a possibilidade de amar assim.

A interrupção da gravidez (pois é disso que falo) é, porventura, na vida das mulheres, a experiência mais traumática e dolorosa por que podem passar. Deixa marcas que nunca se apagam. Destroí a dignidade interior e fere, por vezes de forma irremediável, a natural pulsão maternal.

As mulheres já se condenam o suficiente a si próprias e dispensam bem o julgamento dos homens. Compreender a dor e o sofrimento de mulheres que, em condições sub-humanas, com riscos para a sua própria vida, se submetem a uma interrupção da gravidez, é permitir que elas recuperem a sua dignidade pessoal e, se assim o entenderem, a função maternal. E isto, no meu entender, não se alcança com um julgamento e uma condenação em tribunal.

Por conseguinte, ao contrário do que muitos têm afirmado por aí, votar "sim" no próximo referendo não é defender uma "agenda de morte" é, mais do que tudo, um combate pela vida! Pela vida das mulheres, sobretudo das mais frágeis e desprotegidas! Pela vida das crianças que têm direito a uma família que lhes dê amor e que delas cuide! Pela vida de todos nós, da nossa cidadania e da nossa humanidade.

Votar "sim", por todas as mães e por todas as Margaridas que vi nascer felizes nos últimos dias e que vão continuar a nascer.

Açores reafirmam aposta em hábitos de vida saudáveis

SENSIBILIZAR os açorianos para adoptarem hábitos de vida saudável é o objectivo central do programa "Açores Activos", uma iniciativa do Governo Regional liderado pelo camarada Carlos César, que contará com um investimento, em 2007, de 50 mil euros.

Rui Santos, director regional do Desporto, defendeu a este propósito que o esforço público no combate à obesidade da população adulta da região deve continuar, uma vez que 16 por cento dos homens e 19 por cento das mulheres açorianas sofrem deste problema.

"As pessoas estão mais consciencializadas para a necessidade de fazerem desporto, mas ainda há muito a fazer", disse, acrescentando que o programa em causa visa também fazer uma radiografia das consequências do sedentarismo.

Ao nível promocional, o "Açores Activos", que arrancou em 2006, prevê lançar, ao longo deste ano, desdobráveis informativos, painéis publicitários e enviar mensagens de alerta por correio electrónico à população, indicou o responsável, adiantando ainda que está previsto o lançamento, em 2007, de um programa televisivo na RTP/Açores sobre os benefícios da prática des-



portiva na saúde e quatro "spots" publicitários, produzidos por alunos da Escola Profissional da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel.

Para Março está agendado um seminário, que vai reunir médicos e especialistas em actividade física, para apresentar os relatórios finais de dois estudos levados a cabo pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Segundo Rui Santos, os dados apurados no estudo sobre a "actividade física de crianças e jovens nos Açores" e "actividade física habitual dos açorianos" vão permitir "fazer um ponto da situação" e traçar metas para o futuro. **M.R.**

Estado e utentes do SNS vão poupar 70 milhões de euros em medicamentos

MAIS de 70 milhões de euros em medicamentos, em 12 meses, é quanto o Estado e os utentes do Serviço Nacional de Saúde vão poupar em medicamentos, com a nova metodologia para o cálculo do preço aprovada em Conselho de Ministros.

O Governo aprovou um decreto-lei que estabelece uma nova metodologia para a formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica, com excepção dos medicamentos sujeitos a receita médica restrita que sejam de uso exclusivo hospitalar, e para os medicamentos não sujeitos a receita médica participados.

Desta forma, em 2007 a redução será de 3,5 por cento, o que representa uma poupança para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) de 49 milhões de euros e para os utentes de 23,3 milhões de euros.

O ministro da Saúde, Correia de Campos, lembrou que esta descida dos preços já tinha sido anunciada num protocolo assinado com a indústria farmacêutica, em 2006, e garantiu que "vai haver uma redução do preço, nunca aumentos".

Uma das alterações será no preço



inicial do medicamento que será formado através da comparação com a média dos preços dos pa-

23,3 MILHÕES DE EUROS

É quanto os utentes do Serviço Nacional de Saúde irão poupar este ano em medicamentos

49 MILHÕES DE EUROS

É quanto o Estado irá poupar este ano em medicamentos

íses de referência, sendo o preço assim obtido o preço máximo que pode ser praticado nos estádios de produção ou de importação, lê-se no comunicado do conselho de ministros.

Procede-se também ao alargamento, introduzindo a Grécia, do conjunto de países de referência (Espanha, França e Itália), em relação aos quais o preço do medicamento é inicialmente formado.

Introduz-se igualmente o princípio de estabilidade do preço definitivo inicial dos medicamentos por um período de três anos, informou o ministro.

Amarante especializado em cirurgia de ambulatório

ONOVO hospital a ser construído no concelho de Amarante deverá especializar-se em cirurgia de ambulatório. Esta a ideia defendida pelo ministro da Saúde, Correia de Campos, na cerimónia de homologação do programa funcional da nova unidade hospitalar, que deverá entrar em funcionamento dentro de quatro anos.

Depois de elogiar o diálogo com a autarquia local, o titular da pasta da Saúde apontou que "temos pela frente o desafio de ter um hospital diferente, novo, com um internamento curto, sensato, contido, mas muito articulado com o [hospital do] Vale do Sousa".

Ao salientar a dificuldade de passar a mensagem para as populações de que vão ficar com um serviço muito melhor do que aquele que têm, Correia de Campos adiantou: "Temos valores de cirurgia de ambulatório [cerca de 25 por cento do total de cirurgias] muito menores que os países de referência". E vinco a necessidade de "aprendermos este género de intervenção de ambulatório" em vez de continuarmos a construir mais hospitais para "replacar aquilo que se faz no hospital ao lado".

Para o governante, esta mudança fundamenta-se no facto das ne-



cessidades dos utentes serem hoje diferentes.

"Actualmente só temos para oferecer este modelo arcaico, caduco, pesado, ineficiente e caro, que precisa de cada vez mais meios, de mais barracões e pré-fabricados", sustentou, salientando que a alternativa passa pela especialização, pelos hospitais de continuados e de convalescença, pelas unidades de saúde familiar e até pelas unidades móveis.

O novo hospital de Amarante, estimado em 34 milhões de euros, terá 60 camas, estando prevista a sua edificação em Telões, à face da variante do Tâmega (EN 210), junto à chamada rotunda de Vila Garcia, num terreno que a Câmara de Amarante vai adquirir à Misericórdia local.

... e Sintra com novo hospital

Entretanto, na conferência de Imprensa onde fez um balanço das políticas do Governo em 2006 e anunciou as medidas a aplicar este ano, o ministro da Saúde anunciou também que o concelho de Sintra vai contar com uma nova unidade hospitalar a ser construída e gerida pelo mesmo grupo que for responsável pela direcção da já existente unidade de Amadora/Sintra.

Na ocasião, adiantou também que os trâmites necessários à criação da nova unidade hospitalar vão começar já este ano, de modo a fazer avançar o projecto quando terminar o actual contrato de gestão entre o Estado e a sociedade gestora do Amadora/Sintra, em 2008.

Em resposta aos jornalistas, o ministro disse ser intenção que o próximo concurso público para a gestão do Hospital Amadora/Sintra (também designado por Fernando da Fonseca) englobe já a construção de uma unidade mais pequena em Sintra, que é necessária – explicitou o titular da pasta da Saúde – face ao aumento continuado de habitantes no concelho. **M.R.**

PS quer consenso na reforma da AR

O PS quer “a maior convergência possível” com os restantes partidos na reforma do Parlamento, estando ainda a preparar dois colóquios sobre o assunto.

Após o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, ter reunido no dia 9 os líderes parlamentares para discutir a reforma do Parlamento, Alberto Martins disse que foi ele próprio a propor que até ao fim de Abril cada partido apresentasse os seus projectos.

Em declarações aos jornalistas, o presidente do Grupo Parlamentar do PS lembrou que o nosso partido tinha já um grupo de trabalho interno formado para apresentar um relatório no dia 30 de Março com propostas de alteração à organização do Parlamento, designadamente ao Regimento.

“Estamos muito empenhados em fazer uma reforma do Parlamento, com vista à sua modernização, e queremos que seja um processo aberto, com a maior convergência possível, que as soluções, os projectos apresentados não sejam fechados”, afirmou.



Questionado sobre se a reunião promovida por Jaime Gama foi um impulso à aproximação entre grupos parlamentares sobre a reforma da Assembleia da República, o líder da bancada socialista respondeu que “a aproximação é inerente à própria lógica” da reforma que o PS quer fazer.

“Que o presidente da Assembleia da República se associe a esta ambição é muito importante”, referiu.

Por sua vez, o deputado e ex-líder

parlamentar socialista António José Seguro, que coordena o grupo de trabalho criado na bancada do PS, adiantou que está a preparar dois colóquios sobre a reforma do Parlamento, um deles a realizar ainda este mês. “Por enquanto armazenámos ideias, estamos na fase de recolha interna de contributos. Até este momento, dois terços dos deputados do PS já deram contributos”, salientou, acrescentando que “algumas ideias vão em direcções diferentes” e é preciso sistematizar esse trabalho.

“Os colóquios servirão para aperfeiçoar alguns pontos desta recolha de contributos, que vão das duas às 20 páginas, e terei todo o gosto em que neles possam participar cidadãos e até deputados de outros partidos”, declarou.

António José Seguro reiterou que os socialistas desejam “um consenso parlamentar sobre este assunto”, recordando contudo que o Regimento da Assembleia da República “pode ser alterado apenas com os votos do PS”.

Parlamento aprova reestruturação dos serviços públicos de rádio e televisão

A PROPOSTA de lei de reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão foi aprovada na Assembleia da República, em votação final global, com os votos favoráveis do PS.

O documento aprovado implica a integração do Canal 2 no contrato de concessão da RTP1 e a vinculação da administração ao cumprimento do serviço público, possibilitando ainda a mudança formal da designação do grupo, que deixa de ser uma sociedade gestora de participações para passar a ser uma sociedade

anónima composta pela RDP, RTP e RTP Meios de Produção.

Esta mudança mantém a autonomia das marcas e das empresas em termos editoriais, ao mesmo tempo que leva a algumas alterações no modelo de gestão da RTP, reforçando o acompanhamento parlamentar da empresa, nomeadamente através de uma audição anual dos membros do Conselho de Administração e dos responsáveis pela programação e de informação dos canais.

A administração do grupo RTP passa a estar também vinculada

ao cumprimento dos contratos de concessão do serviço público de rádio e de televisão.

Por outro lado, a proposta de lei reforça as competências do Conselho de Opinião, que passa a poder convocar audições dos directores de programas e informação quando, actualmente, só pode ouvir a administração.

Este conselho vê ainda alterada a sua composição, através da extinção dos representantes governamentais e do reforço da representação eleita pela Assembleia da República.

Deputados socialistas recomendam medidas de desenvolvimento para o Douro

UM PROJECTO de resolução da bancada socialista que assinala os 250 anos da Região Demarcada do Douro e reclama ao Governo medidas potenciadoras do desenvolvimento e económico e social da região foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP.

A possibilidade de o Governo criar medidas de discriminação positiva para as empresas, incluindo incentivos para um movimento de deslocalização empresarial no sector do vinho para o Douro, uma região que, em 25 anos, perdeu 125 mil habitantes, é uma das propostas apresentadas pelos socialistas.

Para o deputado Jorge Almeida, um dos subscritores do projecto socialista, “a tradicional logística do vinho do Porto, maioritariamente sediada no Entrepósito de Gaia, donde são exportados 89 por cento do total dos vinhos (DOC Porto), deverá hoje ser reanalisada à luz



das novas vias de comunicação de enlace europeu de que a região do Douro vai dispor em breve e das novas tecnologias de informação e comunicação”.

E salientou que com a construção da Auto-estrada 24 (AE24), que liga Viseu à fronteira em Chaves, através da Régua e Vila Real, “a Europa fica mais perto do Douro do que o Porto”, estando, por isso, “criadas as condições para que as empresas se deslocalizem para o Douro”.

Jorge Almeida sublinhou ainda que não é possível “explorar ao máximo o potencial” da região, se dois terços dos cerca de 400 milhões de euros de volume de negócios médios anuais, relacionados com os vinhos do Douro, “não ficam no território”.

Os deputados socialistas recomendam ainda ao Governo que acelere a concretização do Plano Rodoviário Nacional para a região, promova a requalificação do Douro e inclua, em futuros projectos comunitários e propostas orçamentais, medidas que promovam a competitividade da região, com base nos seus recursos e produtos.

Os parlamentares do PS defendem ainda que, no processo de reforma da Administração Pública e na reorganização dos serviços públicos, actualmente em curso, seja tido em atenção o processo de desertificação na região.

OPINIÃO



ARMANDO FRANÇA
Deputado

Esta agenda europeia e as opções programáticas e orçamentais do Governo português para 2007 indiciam um novo e frutuoso ciclo para o nosso país e para a União, quer do ponto de vista económico e social, quer do ponto de vista do desenvolvimento e da coesão

OS ASSUNTOS EUROPEUS SÃO ASSUNTOS NACIONAIS

EM OUTUBRO passado, a Comissão Europeia divulgou, à semelhança de anos anteriores, o seu Programa Legislativo e de Trabalho (PLT) para a União. Fê-lo, depois de o apresentar ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Conselho Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões; isto é, depois de o fazer passar pelo crivo escrutinador dos órgãos institucionais da União Europeia (UE).

Este programa, que sempre foi comunicado aos governos dos Estados-membros, que, por sua vez, disso informavam os respectivos parlamentos, foi agora pela primeira vez directamente remetido aos parlamentos nacionais que têm possibilidade de se pronunciar e remeter o seu parecer, também directamente, à Comissão Europeia.

Como se imagina, este programa anual tem a maior importância para a União, para os Estados-membros e, portanto, também para Portugal. Na verdade, é claro para todos – mas convém lembrar e sublinhar – que as iniciativas legislativas, não legislativas e políticas em geral da Comissão Europeia, aliás, presidida pelo nosso compatriota Durão Barroso, têm imediato reflexo nos assuntos internos de Portugal, bem como nos dos restantes Estados-membros. É certo que os temas da Comissão Europeia são temas da UE no seu conjunto; mas, na medida em que Portugal é um seu Estado-membro, temos de, irrenunciavelmente, considerar estes temas como nacionais e, portanto, do nosso maior interesse.

Ora, é justamente por isso que a Assembleia da República, além de apreciar aquele programa nas comissões especializadas, em boa hora e pela primeira vez o submeteu a discussão no seu plenário, obviamente para uma discussão e apreciação políticas, deste modo reconhecendo também a enorme importância da temática legislativa e política da UE e a sua repercussão em Portugal.

Este PLT está naturalmente balizado pelos objectivos estratégicos definidos pela Comissão Europeia para o período 2005-2009, já aprovados pelas instâncias europeias, e a saber: prosperidade; solidariedade; segurança; e a UE no mundo. Daí que, para 2007, a UE tenha definido cinco áreas prioritárias: prosperidade; solidariedade; segurança e liberdade; a Europa como parceiro mundial; e a governança europeia e a melhor regulamentação traduzidas na prática. Nestas áreas a Comissão Europeia anunciou, para este ano, iniciativas nas áreas da energia, das migrações, da defesa, do alargamento, da política europeia de vizinhança e da política europeia de comunicação. Além disto, a UE anunciou que tomará medidas no âmbito da sua “agenda para os cidadãos”, para que os cidadãos europeus compreendam melhor o que a Europa faz e como faz e para que os cidadãos possam ter uma palavra a dizer.

Durante o segundo semestre deste ano, Portugal tem a responsabilidade da condução dos assuntos políticos da UE, na medida em que lhe cabe a presidência da União. Alguns daqueles temas fazem parte da agenda portuguesa a qual, aliás, foi elaborada em concertação com a actual presidência alemã e com a presidência eslovena, que sucede à nossa. O nosso Governo seleccionou alguns temas políticos actuais e importantes para a União e que se relacionam de modo estreito com Portugal, como sejam as relações da União com África, as negociações com a Mercosul, as negociações com a Turquia, para além, claro, da Estratégia de Lisboa e das questões relacionadas com as migrações, de entre outros.

Esta agenda europeia e as opções programáticas e orçamentais do Governo português para 2007 indiciam um novo e frutuoso ciclo para o nosso país e para a União, quer do ponto de vista económico e social, quer do ponto de vista do desenvolvimento e da coesão. Os agentes económicos e os cidadãos em geral dão sinais evidentes de ânimo, empenho e confiança, indispensáveis, de resto, ao fortalecimento da nossa economia, ao revigoreamento do Estado Social e à fidelidade ao projecto europeu, tão caro aos socialistas portugueses.

Edmundo Pedro escreve memórias do seu combate pela liberdade

Porque os outros vão à sombra dos abrigos
E tu vais de mãos dadas com os perigos.
Porque os outros calculam mas tu não.

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

A Torre do Tombo, em Lisboa, vai ser palco no próximo dia 18, pelas 18h30, da sessão de lançamento do livro “Memórias – Um Combate pela Liberdade”, I Volume, da autoria do histórico militante socialista e resistente antifascista Edmundo Pedro. Com prefácio de Mário Soares e posfácio de Fernando Rosas, a obra será apresentada por Pacheco Pereira.

J. C. CASTELO BRANCO

AS MEMÓRIAS, de 550 páginas, são um relato ímpar da vida de luta permanente e de heroísmo de Edmundo Pedro, até à sua libertação do campo de concentração do Tarrafal, em 1945, para onde foi deportado com apenas 17 anos. Passaria nove anos neste campo da “morte lenta”, como então lhe chamavam, tendo conhecido, entre outras torturas, a famosa “frigideira”.

Um livro imperdível que relata o percurso de um homem que desde muito cedo dedicou a sua vida ao combate contra o fascismo salazarista, em nome dos valores supremos da liberdade, igualdade e fraternidade.

“Porquê agora aos 88 anos de idade escrever um livro de memórias? A esta pergunta tenho de responder que hesitei muito em fazê-lo, mas perante a insistência de muitos amigos, nomeadamente de Pacheco Pereira, que conhecia muito bem a minha história, senti que tinha a obrigação indeclinável de escrever este livro”, afirmou ao “Acção Socialista” Edmundo Pedro.

“Penso que cumpri o meu dever perante a história, o país e perante mim mesmo”, acrescentou o histórico militante socialista, que manifestou ainda o desejo de ter forças para escrever o segundo volume, que irá contar o seu per-

curso político e cívico desde a sua libertação do Tarrafal até ao pós-25 de Abril, onde teve um papel relevante na defesa e consolidação da democracia.

Biografia de um resistente

Edmundo Pedro nasceu a 8 de Novembro de 1918, no Samouco, Alcochete. Cedo entrou na luta política contra a ditadura do Estado Novo, tendo sido preso, pela primeira vez, em Janeiro de 1934, aos 15 anos. O Tribunal Militar Especial, acabado de criar por Salazar, condenou-o a um ano de prisão e à perda de direitos políticos por cinco anos.

Após a sua libertação, no início de 1935, foi eleito para a direcção da Juventude Comunista com Álvaro Cunhal e outros militantes.

Detido novamente, em Fevereiro de 1936, foi estrear, em Outubro desse ano, aos 17 anos de idade, o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde permaneceu nove anos, durante os quais foi sujeito, entre outras torturas, à tristemente famosa “frigideira”.

Libertado em 1945 do “campo da morte lenta”, de novo retomou a sua intensa actividade política com vista ao derrube da ditadura e libertação do povo português.



O livro que ora tenho o gosto de vos apresentar é muito interessante e verdadeiramente singular. Tem, igualmente, um incontestável cunho pedagógico. Ensina aos jovens o que foi a crueldade do salazarismo fascizante e hipócrita que oprimiu – e de que maneira! – gerações sucessivas de portugueses e esmagou o melhor da nossa inteligência (...)

(...) Trata-se de um livro não só político mas muito humano, que se lê com gosto, porque conta, num estilo directo, sem artifícios, uma história de um homem corajoso, idealista e apaixonado, sem rancor, que está bem com os outros e consigo próprio. Mas não só: conta também a saga de uma família de militantes e de uma época das mais tristes da nossa história, onde surgem grandes personalidades revolucionárias

MÁRIO SOARES, DO PREFÁCIO

As Memórias que percorremos dão um testemunho ímpar dessa vida de heroísmo e dádiva total, secreta, clandestina, trespassada por sacrifícios sem fim, quantas vezes o da própria vida, sempre o da liberdade e da felicidade individual. E quase sempre sem outra compensação que não fosse, enquanto era, a fé inquebrantável na redenção do amanhã longínquo, mas certo, da vitória.

FERNANDO ROSAS, DO POSFÁCIO

Participou activamente na inesquecível campanha presidencial do general Humberto Delgado, em 1958. Em 1 de Janeiro de 1962, tomou parte na malograda insurreição de Beja, o que lhe valeu mais quatro anos de prisão.

Em Setembro de 1973, a convite de Mário Soares, adere ao Partido Socialista. Após o 25 de Abril, no I Congresso efectuado na legalidade, é eleito para a Comissão Nacional, e, em seguida, para a Comissão Política e para o Secretariado Nacional. Foi dirigente do PS durante 15 anos.

Eleito deputado à Assembleia da República pela primeira vez em 1976, integrou este órgão de soberania durante 11 anos. Entre 1977 e 1978 exerceu o cargo de presidente da RTP.



PS mobilizado para as batalhas que se avizinham

NA PRIMEIRA sessão plenária de 2007, Alberto Martins garantiu que o PS, quer no Governo como no Parlamento, está “motivado, unido e pronto” para as batalhas que tem pela frente.

Recordando o programa com que o PS se apresentou ao eleito em 2005, o líder parlamentar da bancada socialista sublinhou três áreas distintas, “três propósitos essenciais” que têm mobilizado os socialistas e o Governo de José Sócrates: superar a crise orçamental e consolidar as contas públicas, mobilizar o país para uma nova estratégia de desenvolvimento e concretizar uma nova geração de políticas sociais.

Quanto ao primeiro aspecto, disse, os passos que se têm dado, “e já muitos foram”, empreenderam-se sempre no pressuposto do respeito pelos compromissos assumidos com a União Europeia e lançados em bases sustentáveis de crescimento económico e do emprego.

Em relação à necessária mobilização dos portugueses, tendo em vista a abertura de novos horizontes de progresso e desenvolvimento, o líder parlamentar socialista recordou que este pressuposto se tem vindo a delinear numa aposta séria através da inovação tecnológica, na educação e na qualificação dos portugueses, mas ainda, como afirmou, na “desburocratização da Administração Pública, na qualidade ambiental e no ordenamento do território”.

Finalmente, o terceiro e último aspecto, relacionado com a concretização e a aposta séria do Governo no desenvolvimento de novas políticas sociais, Alberto Martins recordou o conjunto de reformas já introduzidas pelo actual Governo, referindo, a propósito, a promoção da eficácia dos serviços públicos “dirigidos ao bem-estar e ao combate à pobreza e à exclusão”.

Mas se o balanço que se pode fazer destas políticas é animador, apenas cerca de 20 meses após o actual Executivo ter tomado posse, cair no autocontentamento representa, na opinião de Alberto Martins, “um sinal contrário ao espírito do mandato que os portugueses conferiram ao actual Governo”.

Contudo, para o líder parlamentar do PS, o que já se conseguiu alcançar “faz-nos sentir honrados pelos expressivos resultados atingidos”, reforçado pelo facto de a Assembleia da República ter vindo a constituir “o palco privilegiado para a discussão e votação de importantes reformas”, como a da Segurança Social ou as das Finanças Locais e Regionais, reformas que, na opinião de Alberto Martins, representam um “rasgo e um carácter estruturante”.



Algumas batalhas estão ganhas

No capítulo da política da Segurança Social, o país conhece hoje, graças às medidas introduzidas pelo Governo, uma convergência entre o regime de aposentação da Função Pública e o regime geral da Segurança Social. Também no que respeita à atribuição do subsídio de desemprego, novas regras foram aprovadas, assim como se procedeu à eliminação dos múltiplos subsistemas de protecção social e de saúde “que há muito haviam perdido lógica e fundamentação”.

Para o líder parlamentar socialista, algumas medidas merecem especial realce como a revisão da fórmula de cálculo para o aumento das pensões ou a aprovação, “por unanimidade entre todos os parceiros sociais”, de um “ambicioso e progressivo aumento do salário mínimo nacional” que em 2007 será fixado em 403 euros.

No âmbito das Finanças Locais e Regionais, lembrou ainda Alberto Martins, o desenvolvimento regional e local, “bem como a coesão do território”, constituem também uma preocupação do Governo.

“Não cabe ao Estado democrático aderir, professar ou defender, uma singular ou particular concepção moral, filosófica ou religiosa.”

O que está em jogo neste referendo é uma questão de alteração do Código Penal.

As reformas da Segurança Social, das Finanças Locais e das Finanças Regionais, pela sua importância, rasgo e carácter estruturante, justificam um destaque particular.

ALBERTO MARTINS

A este propósito, sublinhou o trabalho já empreendido pelo Executivo, lembrando o arranque do processo de reestruturação da administração desconcentrada do Estado, que “seguiu critérios sustentados nas chamadas regiões-plano do Continente”, ou ainda, na revisão das leis das taxas municipais, do sector empresarial local e das finanças locais, que prevê, “novas responsabilidades na saúde, educação e acção social”, medidas que, na sua perspectiva, introduzirão “maior competitividade fiscal e menor dependência face à gestão urbanística”, salientando ainda “a discriminação positiva a favor das regiões do interior”, cujo rendimento médio, disse, “é ainda inferior ao valor nacional”.

Quanto ao caso da Lei das Finanças Regionais, Alberto Martins sublinhou que as relações entre o Governo da República e os governos das duas regiões autónomas “pautaram-se por uma normalidade e solidariedade institucionais”, relações que, salientou, “não devem ignorar que tratar de forma financeiramente idêntica realidades geográficas e economicamente distintas como são as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, “constituiria uma profunda injustiça”.

E foi com este espírito, disse, de equidade e de solidariedade com o esforço nacional de contenção orçamental “que foi elaborada e aprovada a nova Lei das Finanças Regionais”.

Depois de se referir à presidência portuguesa da União Europeia, que terá o seu início em Julho próximo, e para a qual “trabalharemos com abertura para superar o impasse político e institucional criado com o bloqueio do processo relativo ao Tratado Constitucional”, o líder parlamentar socialista não deixou de frisar que o Governo português não deixará de lutar “por uma Europa mais forte, uma vez que este mundo globalizado “precisa de uma Europa que tenha voz e que possa dar um contributo efectivo para a construção da paz, do diálogo entre civilizações e do desenvolvimento”.

As reformas que nos esperam

O ano que agora se inicia será particularmente sensível para as questões relacionadas com a Justiça, a Educação e a reforma do sistema político.

No campo da Justiça, disse, o acordo parlamentar já alcançado “assume especial relevância política”, enquanto no sector da educação, o desenvolvimento

do país confronta-nos com um cenário claro: a aposta inadiável na qualificação da população portuguesa.

Quanto ao objectivo de reformar o sistema político, “não devemos ficar pelo que já foi feito”, mas avançar “a seu tempo” com a apresentação de projectos legislativos, ou “impulsionar a discussão de projectos já apresentados”.

Uma das reformas mais importante que o Governo vai pôr à discussão, lembrou Alberto Martins, refere-se à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, assunto em relação ao qual os portugueses serão proximamente chamados a pronunciar-se.

Alberto Martins frisou ainda a este propósito que o referendo de 11 de Fevereiro será sobre um problema de política criminal e não de uma “qualquer discussão complexa sobre o sentido da vida ou da natureza humana”, razão pela qual, em sua opinião, nos devemos concentrar unicamente no tema em discussão.

Para o líder da bancada parlamentar do PS na Assembleia da República, não se trata, pois, de uma qualquer discussão complexa sobre o sentido da vida, sobre o início da vida humana, sobre a natureza da vida intra-uterina, sobre a existência ou inexistência ou a propósito de pretensos ou reais conflitos entre direitos humanos ou direitos fundamentais. O que se trata neste referendo, defendeu, o que verdadeiramente está em jogo nesta consulta “é tão-só a alteração do Código Penal”.

E nem de outro modo poderia ser, refere, uma vez que não cabe ao Estado democrático “aderir, professar ou defender” uma singular ou particular concepção moral, filosófica ou religiosa.

Nem tão-pouco lhe cabe inquirir os cidadãos sobre as “concepções que cada um sustenta neste domínio”, acrescentou.

Por mais que alguns pretendam continuar a “confundir, manipular e distorcer o que está em causa neste referendo”, o que importa é sublinhar que o que está em causa nesta consulta ao eleitorado é saber se defendem ou não “uma alteração ao Código Penal” de forma a pormos cobro a que o Estado deixe de perseguir penalmente as mulheres que decidam interromper a sua gravidez, nas primeiras dez semanas, em circunstâncias tão precisas e delimitadas, ou se, pelo contrário, queremos que o “Estado continue a perseguir como criminosas e condená-las como tal”. R.S.A.

“Mobilização máxima” contra a abstenção no referendo sobre IVG

Na campanha pelo sim no referendo à IVG, o PS entrará em força mobilizando na sua máxima capacidade os cidadãos eleitores. Esta a garantia dada pelo porta-voz do partido, Vitalino Canas, no dia 11 de Janeiro, numa conferência de Imprensa no final da reunião da Comissão Política, em que apontou a abstenção como o principal inimigo a derrotar no dia 11 de Fevereiro.

MARY RODRIGUES

NESTA Comissão Política, que pela primeira vez foi alargada a presidentes de câmaras socialistas e a primeiros vereadores dos concelhos em que o partido é oposição, Vitalino Canas, porta-voz do partido, evidenciou o empenhamento do PS em fazer uma campanha “à medida das suas responsabilidades”, e que impeça que se volte a repetir o insucesso de 1998.

“O nosso partido não ficará indiferente ao resultado deste referendo, que será entendido pelo PS como um sucesso ou como um insucesso, porque compreendemos bem a lição de 98”, referiu, reafirmando que os socialistas farão uma campanha pela positiva, visando informar e mobilizar os portugueses para o voto.

Segundo Vitalino Canas, ao longo da campanha, o PS usará sobretudo argumentos “de

racionalidade” para defender a despenalização da IVG até às dez semanas.

Após sublinhar a necessidade de introduzir modernidade na nossa legislação, à luz do que acontece na esmagadora maioria dos países europeus, sublinhou que a actual lei “não impede a prática de abortos”, mas, por vezes, “implica que se pratiquem na clandestinidade”.

“Processar mulheres – e eventualmente condená-las a penas de prisão – não deve ser a solução. A prisão provou que não é solução”, acrescentou, para reiterar de seguida que os socialistas farão uma campanha “baseada em argumentos de ordem científica e de racionalidade legal e não de ordem ética ou moral”.

“A nossa intervenção deve ter medida, deixando o espaço do debate para os movimentos de cidadãos”, vincou, deixando claro que esta é uma campanha cívica



onde o PS saberá assumir as suas responsabilidades.

Interrogado sobre as posições assumidas pela Igreja Católica contra a prática da interrupção voluntária da gravidez, Vitalino Canas avisou que o Partido Socialista, ao longo da campanha, “não se pronunciará sobre a actuação de outras entidades”.

“Faremos uma campanha pela

positiva”, afirmou, lembrando que o líder dos socialistas já manifestou por diversas vezes a sua intenção de intervir directamente na campanha pela vitória do “sim” no referendo, estando programado já que participa em três acções de campanha, juntando o seu esforço ao de todo o partido para criar as condições favoráveis à mobilização e dos

portugueses para o voto a 11 de Fevereiro.

De salientar a realização no próximo dia 20, pelas 15.30h, no Teatro Camões, de uma conferência nacional do PS sobre a problemática da IVG, a par de outras duas iniciativas da bancada socialista, a ter lugar no dia 17, na Assembleia da República, e no dia 7 de Fevereiro, no Porto.

Cartazes do PS sobre o referendo à IVG já estão na rua

O PARTIDO Socialista tem já espalhados por todo o território nacional “outdoors” de apelo ao voto “sim” no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG).

Os cartazes transmitem uma mensagem de moderação, de combate à abstenção, mas também de consciencialização da responsabilidade individual de cada cidadão na consulta popular agendada para 11 de Fevereiro.

Segundo o secretário nacional da Organização, Marcos Perestrello, a campanha socialista neste referendo, dirigida ao eleitorado tradicional do partido, será “informativa e de esclarecimento dos cidadãos”, pugnando por um “sim” responsável que caminhe no sentido da convergência de Portugal, também neste aspecto, com os países mais desenvolvidos da União Europeia.

O PS reafirma assim o seu empenhamento na resolução da problemática do aborto clandestino, defendendo uma legislação idêntica à dos nossos parceiros europeus. M.R.



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ Director Jorge Seguro Sanches ■ Director-adjunto Silvino Gomes da Silva ■ Redacção J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ Secretariado Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ Layout e paginação Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ Edição Internet Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ Redacção, Administração e Expedição Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ Depósito legal N° 21339/88 ■ ISSN 0871-102X ■ Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt